

Multiculturalismo: o sucesso, o fracasso e o futuro¹

Multiculturalism: success, failure, and the future

Will Kymlicka²

Tradução de Maria Tereza Amodeo³

Submetido em 31 de março e aprovado em 10 de abril de 2014.

Resumo: Ideias sobre a acomodação legal e política da diversidade étnica têm comparecido nos debates políticos dos últimos 40 anos. Entretanto, relatos sobre a “ascensão e a queda do multiculturalismo” têm efetivamente ocupado o discurso de estudiosos, jornalistas e legisladores de várias partes do mundo para explicar a evolução dos debates contemporâneos sobre a diversidade. O presente relatório sustenta que essa *narrativa-mestra*, ao mesmo tempo em que obscurece dados relevantes sobre o tema, revela que toda e qualquer consideração depende da natureza das questões em debate e dos países envolvidos. É preciso compreender todas as variações que a questão encerra, se o objetivo for identificar um modelo mais sustentável que vise a acomodar a diversidade. Assim, o relatório demonstra que essa visão pré-concebida em relação ao multiculturalismo descaracteriza a natureza das experiências já realizadas, exagera na dimensão dada ao abandono dessas práticas e identifica, de forma equivocada, tanto as dificuldades e limitações naturais encontradas nesse percurso, como as opções de solução dos problemas. Nesse sentido, o estudo de Will Kymlicka propõe analisar o que significa o multiculturalismo, tanto na teoria como na prática, avaliando a sua trajetória, mesmo que, por vezes, marcada por insucessos, mas, principalmente, considerando as condições em que provavelmente vai-se desenvolver no futuro.

Palavras-chave: Multiculturalismo. Diversidade étnica. Políticas. Acomodação.

Abstract: Ideas about the legal and political accommodation of ethnic diversity have been in a state of flux around the world for the last 40 years. However, reports about the “rise and fall of multiculturalism” have been widely invoked by scholars, journalists, and policymakers around the world to explain the evolution of contemporary debates about diversity. This report argues that this master narrative, while obscuring relevant data on the subject, reveals that any consideration depends

on the nature of the issues at stake and the countries involved. It is necessary to understand all the variations encapsulated within such issue to identify a more sustainable model for accommodating diversity. Thus, the report demonstrates that this preconceived view on multiculturalism mischaracterizes the nature of the experiments that have been undertaken, exaggerates the extent to which they have been abandoned, and misidentifies the genuine difficulties and limitations they have encountered for addressing these problems. Will Kymlicka's report intends to analyze what multiculturalism means, both in theory and in practice, considering its paths, where it has succeeded or failed to meet its objectives, and under in what conditions it is likely to thrive in the future.

Keywords: Multiculturalism. Ethnic diversity. Politics. Accommodation.

As ideias sobre a acomodação legal e política da diversidade étnica – comumente denominada de “multiculturalismo” – surgiram no Ocidente para substituir as formas mais antigas de hierarquia étnica e racial por novas relações de cidadania democrática. Apesar das substanciais evidências de que essas políticas estão progredindo em direção ao referido objetivo, um coro de líderes políticos declarou o seu fracasso e anunciou a morte do multiculturalismo.

Esta forma de narrativa-mestra popular é problemática, pois descaracteriza a natureza das experiências relacionadas ao multiculturalismo, exagera na dimensão dada ao abandono dessas práticas e identifica de forma equivocada tanto as dificuldades e limitações naturais encontradas nesse percurso como as opções de solução desses problemas.

Este relatório desafia quatro mitos poderosos sobre o multiculturalismo.

- Primeiro, discute a representação caricata do multiculturalismo como a celebração acrítica da diversidade, que desconsidera graves problemas sociais, como o desemprego e o isolamento social. Em vez disso, oferece um relato do multiculturalismo como a busca de novas relações de cidadania democrática, inspirado e orientado pelos ideais dos direitos humanos.
- Segundo, contesta a ideia de que o multiculturalismo vive um completo retrocesso e oferece, em vez disso, evidências de que as políticas multiculturais (MCPs, do inglês *multiculturalism policies*) persistiram, e até mesmo se fortaleceram, ao longo dos últimos dez anos.

- Terceiro, desafia a ideia de que o multiculturalismo fracassou e oferece, em vez disso, evidências de que as MCPs tiveram efeitos positivos.
- Quarto, questiona a ideia de que a disseminação de políticas de integração cívica tenha substituído o multiculturalismo ou o tornado obsoleto. Em vez disso, o relatório oferece evidências de que as MCPs são totalmente compatíveis com determinadas formas de políticas de integração social e que, de fato, a combinação do multiculturalismo como uma forma “capacitadora” de integração cívica é tanto normativamente desejável quanto empiricamente efetiva, em ao menos alguns casos.

Para ajudar a tratar dessas questões, este estudo utiliza o Índice de Políticas do Multiculturalismo. Este índice: 1) identifica oito áreas de políticas concretas, em que Estados democráticos liberais – confrontados com uma escolha – decidiram desenvolver formas mais multiculturais de cidadania em relação aos grupos de imigrantes, e 2) mede até que ponto os países incorporaram algumas dessas políticas ou todas ao longo do tempo. Embora tenha havido alguns casos importantes de retrocesso como o da Holanda, o padrão geral de 1980 a 2010 foi de moderado fortalecimento. Ironicamente, alguns países que exaltaram o “fracasso” do multiculturalismo (por exemplo, a Alemanha) não praticaram, na realidade, uma estratégia multicultural efetiva.

Falar do retrocesso do multiculturalismo obscurece o fato de que uma forma de integração multicultural permanece como uma opção eficaz para as democracias ocidentais. No entanto, nem todas as tentativas de adotar novos modelos de cidadania multicultural criaram raízes ou tiveram sucesso em alcançar os efeitos desejados. Existem diversos fatores que podem tanto facilitar como impedir a implementação bem-sucedida do multiculturalismo:

- **Dessecuritização das relações étnicas:** o multiculturalismo funciona melhor se as relações entre o Estado e as minorias são vistas como uma questão de política social, não como uma questão de segurança de Estado. Se o Estado considera os imigrantes como uma ameaça à segurança (como os árabes e muçulmanos após o 11 de setembro), o apoio ao multiculturalismo se reduzirá e também o espaço para as minorias, até mesmo manifestarem suas reivindicações.

- **Direitos humanos:** o apoio ao multiculturalismo fundamenta-se no pressuposto de que existe um comprometimento compartilhado em relação aos direitos humanos em todas as linhas étnicas e religiosas. Se o Estado identifica determinados grupos como incapazes ou não dispostos a respeitar as normas de direitos humanos, é pouco provável que lhes conceda direitos ou recursos multiculturais. Grande parte da reação contrária ao multiculturalismo é fundamentalmente impulsionada por preocupações, em especial, com os muçulmanos e a falta de disposição que demonstram em adotar as normas democráticas liberais.

- **Controle de fronteiras:** o multiculturalismo é mais controverso quando os cidadãos temem perder o controle sobre suas fronteiras – por exemplo, quando os países são confrontados com grandes números (ou surtos inesperados) de imigrantes não autorizados ou que buscam asilo – do que quando sentem que elas estão seguras.

- **Diversidade de grupos imigrantes:** o multiculturalismo funciona melhor quando é genuinamente multicultural – isto é, quando os imigrantes vêm de muitos países em vez de, massivamente, apenas de um (que mais provavelmente leva a relações polarizadas com a maioria).

- **Contribuições econômicas:** o apoio ao multiculturalismo depende da constatação de que os imigrantes estão cumprindo com a sua parte do acordo e fazendo esforço de boa-fé para contribuir com a sociedade – especialmente de forma econômica.

Quando essas condições facilitadoras estão presentes, o multiculturalismo pode ser visto como uma opção de baixo risco e, de fato, parece ter funcionado bem em tais casos. O multiculturalismo tende a perder o apoio em situações de alto risco, em que imigrantes são vistos predominantemente como ilegais, considerados como potencialmente capazes de realizar práticas ou movimentos não liberais, ou como um fardo para a previdência social. Entretanto, é possível argumentar que *rejeitar* o multiculturalismo dos imigrantes sob tais circunstâncias é, de fato, um movimento de alto risco. É precisamente quando os imigrantes são vistos como ilegais, não liberais e dispendiosos que o multiculturalismo pode ser mais necessário.

1. Introdução

As ideias sobre a acomodação legal e política da diversidade étnica têm-se apresentado como um estado de fluxo ao redor do mundo nos últimos 40 anos. Ouve-se muito sobre a “ascensão e a queda do multiculturalismo”. De fato, esse se tornou um tipo de narrativa-mestra amplamente invocada por estudiosos, jornalistas e legisladores para explicar a evolução dos debates contemporâneos sobre a diversidade. Embora as pessoas discordem sobre o que vem após o multiculturalismo, há um surpreendente consenso de que estamos em uma era pós-multicultural.

Este relatório sustenta que esta narrativa-mestra esconde tanto quanto revela e que precisamos de uma estrutura alternativa para avaliar as escolhas que temos de fazer. Os sucessos e os fracassos do multiculturalismo, bem como seu nível de aceitação pública, dependem da natureza das questões em debate e dos países envolvidos. Precisamos compreender essas variações se quisermos identificar um modelo mais sustentável para acomodar a diversidade.

Este artigo demonstra que a narrativa-mestra: 1) descaracteriza a natureza das experiências realizadas com o multiculturalismo, 2) exagera na dimensão dada ao abandono dessas práticas, e 3) identifica, de forma equivocada, tanto as dificuldades e limitações naturais encontradas nesse percurso como as opções de solução desses problemas.

Antes de podermos decidir se celebramos ou lamentamos a queda do multiculturalismo, precisamos primeiro nos certificar de que sabemos o que multiculturalismo significa, tanto na teoria quanto na prática, se teve sucesso ou se fracassou em alcançar seus objetivos e sob quais condições provavelmente vai se desenvolver no futuro.

1.1 A ascensão e a queda do multiculturalismo

A narrativa-mestra da “ascensão e da queda do multiculturalismo”, por sorte, capta características importantes de nossos debates atuais. Ainda assim, em alguns aspectos é enganosa e pode esconder os desafios e as oportunidades reais que temos pela frente. Em sua forma mais simples, a narrativa é assim⁴:

Dos anos 70 até a metade da década de 90, havia uma clara inclinação das democracias ocidentais com respeito ao crescente

reconhecimento e à acomodação da diversidade através de uma série de políticas multiculturais (MCPs) e dos direitos das minorias. Essas políticas eram endossadas tanto em nível particular, por alguns estados, quanto por organizações internacionais e envolviam uma rejeição das ideias anteriores de nacionalidade unitária e homogênea.

Desde a metade da década de 1990, contudo, temos visto um retrocesso do multiculturalismo e uma reafirmação das ideias de construção de uma nação, de valores e identidades comuns e cidadania unitária – até mesmo uma chamada para o “retorno da assimilação”.

Esse retrocesso é parcialmente conduzido pelo medo, de parte do grupo majoritário, de que a acomodação da diversidade tenha ido “longe demais” e esteja ameaçando seu modo de vida. Esse medo frequentemente se expressa pelo surgimento de movimentos políticos nativistas e populistas de direita, como o Partido do Povo Dinamarquês, que defende ideias antigas de uma “Dinamarca para os dinamarqueses”. Mas o retrocesso também reflete uma crença de centro-esquerda, de que o multiculturalismo fracassou ao ajudar os beneficiários pretendidos – sabidamente as próprias minorias – porque não tratou das fontes subjacentes de sua exclusão social, econômica e política, podendo ter contribuído, de forma não intencional, para seu isolamento social. Como resultado, mesmo os movimentos políticos de centro-esquerda, que inicialmente patrocinaram o multiculturalismo, como os partidos sociais democratas da Europa, afastaram-se dele e mudaram para um discurso que enfatiza a “integração civil”, a “coesão social”, os “valores comuns” e a “cidadania compartilhada”⁵.

O discurso social-democrata de integração cívica se difere do discurso radical de direita enfatizando a necessidade de desenvolver uma identidade nacional mais inclusiva e combater o racismo e a discriminação, no entanto, distancia-se da retórica e das políticas do multiculturalismo. O termo *pós-multiculturalismo* muitas vezes é invocado para sinalizar essa nova abordagem, que busca superar o limite de um multiculturalismo ingênuo ou mal-orientado, evitando a reafirmação opressiva das ideologias nacionalistas homogeneizantes⁶.

2. O que é multiculturalismo?

2.1 Modelo enganoso

Em grande parte da literatura pós-multiculturalista, o multiculturalismo é caracterizado como uma “sensação boa de celebração” da diversidade étnico-cultural, incentivando os cidadãos a reconhecer e adotar a panóplia de costumes, tradições, música e culinária existentes em uma sociedade multiétnica. Yasmin Alibhai-Brown denomina isso de modelo “3S” do multiculturalismo na Grã-Bretanha – sáris, *samosas* e *steeldrums* (tambores de aço)⁷.

O multiculturalismo considera esses marcadores culturais familiares de grupos étnicos – vestimenta, culinária e música – como práticas autênticas a serem preservadas por seus membros e cuidadosamente consumidas por outros. Sob o estandarte do multiculturalismo, tais práticas são ensinadas na escola, representadas em festivais, expostas na mídia e em museus, e assim por diante. Este modelo comemorativo do multiculturalismo tem sido alvo de muitas críticas, incluindo as seguintes:

- ignora questões de desigualdade econômica e política. Mesmo que todos os britânicos passem a apreciar a música com os tambores de aço jamaicanos ou as *samosas* indianas, os problemas reais que as comunidades caribenhas e do sul da Ásia enfrentam na Grã-Bretanha não seriam discutidos – problemas como desemprego, baixo desempenho educacional, segregação residencial, baixa capacidade linguística em inglês e marginalização política. Essas questões econômicas e políticas não podem ser resolvidas simplesmente celebrando as diferenças culturais;
- mesmo com relação ao objetivo (legítimo) de promover maior compreensão das diferenças culturais, o foco na celebração de práticas culturais “autênticas” que sejam “exclusivas” de cada grupo é potencialmente perigoso. Primeiro, nem todos os costumes que podem ser tradicionalmente praticados por um grupo específico merecem ser celebrados, ou mesmo ser legalmente tolerados, como o casamento forçado. Para evitar controvérsia, há uma tendência a escolher como foco de celebrações multiculturais as práticas inofensivas – como a culinária ou a música – que podem ser agradavelmente

consumidas por membros da sociedade geral. Mas isso traz o risco oposto da banalização ou “Disneyficação” das diferenças culturais⁸, ignorando os desafios reais que as diferenças dos valores culturais e religiosos podem trazer;

- o modelo 3S do multiculturalismo pode incentivar a concepção de grupos hermeticamente selados e estáticos, cada um reproduzindo suas próprias práticas distintas. A intenção do multiculturalismo pode ser incentivar as pessoas a compartilhar seus costumes, mas a concepção de que cada grupo tem seus próprios costumes distintos ignora processos culturais de adaptação, mistura e *mélange*, bem como aspectos culturais em comum, portanto reforçando potencialmente o entendimento das minorias como eternamente “os outros”. Por sua vez, isso pode levar ao fortalecimento do preconceito e da estereotipagem e, mais genericamente, à polarização das relações étnicas;

- este modelo pode acabar reforçando as diferenças de poder e de restrições culturais *dentro* dos grupos minoritários. Ao decidir quais tradições são “autênticas” e como interpreta-las e exibi-las, o Estado geralmente consulta as elites tradicionais do grupo – tipicamente homens mais velhos –, ignorando a forma como essas práticas tradicionais (e elites tradicionais) são frequentemente desafiadas por reformistas internos, que têm visões diferentes sobre como, digamos, um “bom muçulmano” deveria agir. Isso pode, portanto, aprisionar pessoas em “papéis culturais”, os quais não são autorizados a questionar ou desafiar.

De acordo com os pós-multiculturalistas, o crescente reconhecimento dessas falhas salienta o retrocesso do multiculturalismo e assinala a busca por novos modelos de cidadania que enfatizem: 1) participação política e oportunidades econômicas acima das políticas simbólicas de reconhecimento cultural; 2) direitos humanos e liberdade individual acima das tradições culturais; 3) construção de identidades nacionais acima do reconhecimento de identidades culturais ancestrais; e 4) mudança cultural e mistura cultural acima da reificação de diferenças culturais estáticas.

Essa narrativa sobre o início e a queda do multiculturalismo 3S sem sombra de dúvidas será familiar a muitos leitores. Em meu ponto de vista, no entanto, é imprecisa. Não é somente uma caricatura da realidade de

como o multiculturalismo se desenvolveu ao longo dos últimos 40 anos nas democracias ocidentais, mas é também uma forma de desvirtuar a atenção para as reais questões que precisamos enfrentar. O modelo 3S capta algo importante sobre a tendência natural do homem, de simplificar as diferenças étnicas, e sobre a lógica do capitalismo global, de vender produtos culturais cosmopolitas, mas não capta a natureza das MCPs governamentais após a década de 1960, que tiveram fontes históricas e objetivos políticos mais complexos.

2.2 Multiculturalismo em contexto

É importante situar o multiculturalismo em seu contexto histórico. Em certo sentido, ele é tão velho quanto a humanidade – diferentes culturas sempre encontraram formas de coexistência, e o respeito pela diversidade era uma característica familiar a muitos impérios, tais como o Império Otomano. Mas a forma de multiculturalismo que teve uma “ascensão e queda” é um fenômeno histórico mais específico, surgindo primeiramente nas democracias ocidentais no final da década de 1960. Essa referência temporal é importante, pois nos ajuda a situar o multiculturalismo em relação a grandes transformações sociais da era pós-guerra.

Mais especificamente, o multiculturalismo é parte de uma revolução maior por direitos humanos, envolvendo diversidade étnica e racial. Antes da Segunda Guerra Mundial, a diversidade étnico-cultural e religiosa no Ocidente era caracterizada por uma gama de relações hierárquicas não liberais e não democráticas⁹, justificada por ideologias racistas que explicitamente apresentavam a superioridade de alguns povos e culturas e seu direito de governar sobre os demais. Essas ideologias eram amplamente aceitas por todo o mundo ocidental e sustentavam tanto as leis domésticas (por exemplo, imigração e políticas de cidadania racialmente tendenciosas) quanto as políticas estrangeiras (por exemplo, com relação a colônias no exterior).

Após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, o mundo se retraiu diante do uso fanático e homicida que Hitler fez de tais ideologias, e as Nações Unidas as repudiou determinantemente, em favor de uma nova ideologia de igualdade de raças e de povos. E essa nova proposição de igualdade humana gerou uma série de movimentos políticos criados para

contestar a presença prolongada ou os efeitos duradouros das hierarquias mais antigas. Podemos distinguir três “ondas” de tais movimentos: 1) a luta pela descolonização, concentrada no período de 1948-1965; 2) a luta contra a segregação racial e discriminação, iniciada e exemplificada pelo movimento por direitos civis dos negros norte-americanos de 1955 a 1965; e 3) a luta pelo multiculturalismo e pelos direitos das minorias, que surgiu no final da década de 1960.

Cada um desses movimentos se inspira na revolução dos direitos humanos e na sua ideologia fundacional de igualdade das raças e dos povos, para desafiar os legados das hierarquias étnicas e raciais. De fato, a revolução por direitos humanos desempenha um papel duplo aqui, não somente como uma inspiração para a luta, mas também como uma limitação dos objetivos e meios admissíveis da luta. Enquanto os grupos historicamente excluídos ou estigmatizados lutam contra as hierarquias anteriores em nome da igualdade, eles também precisam renunciar a suas próprias tradições de exclusão e opressão no tratamento de, digamos, mulheres, homossexuais, indivíduos mestiços, desertores religiosos, e assim por diante. Direitos humanos e, mais genericamente, o constitucionalismo democrático liberal oferecem uma estrutura abrangente, em que essas lutas são abordadas e debatidas.

Cada um desses movimentos, portanto, pode ser visto como uma contribuição para a “cidadanização” democrática – isto é, transformar o catálogo prévio das relações hierárquicas em relações de cidadania democrática liberal. Isso envolve transformar tanto as relações verticais entre minorias e o Estado como as relações horizontais entre os membros de diferentes grupos. No passado, frequentemente se presumia que a única forma de se engajar nesse processo de cidadanização era impondo um único modelo não diferenciado de cidadania para todos os indivíduos. Mas as ideias e políticas multiculturais que surgiram na década de 1960 partem da concepção de que essa complexa história, inevitável e adequadamente, gera reivindicações étnico-políticas diferenciadas por grupo. Reprimir essas reivindicações diferenciais não se constitui na chave para a cidadanização; elas devem, sim, ser filtradas e enquadradas na linguagem dos direitos humanos, liberdades individuais e responsabilidade democrática. E foi isso que os movimentos multiculturalistas tentaram fazer.

O caráter próprio das reformas multiculturais varia de grupo para grupo, como convém à história distinta que cada uma enfrentou. Todas

começam com o princípio de antidiscriminação que sustentou a segunda onda, mas vão além dele para desafiar outras formas de exclusão ou estigmatização. Na maioria dos países ocidentais, a discriminação explícita fomentada pelo Estado contra minorias raciais ou religiosas havia, em sua maioria, cessado entre as décadas de 1960 e 1970, sob a influência da segunda onda de luta por direitos humanos. No entanto, hierarquias étnicas e raciais persistem em muitas sociedades, sejam medidas em termos de desigualdades econômicas, sub-representação política, estigmatização social ou invisibilidade cultural. Diversas formas de multiculturalismo foram desenvolvidas para ajudar a superar essas desigualdades duradouras.

O foco deste relatório é o multiculturalismo no que diz respeito aos (que estão permanentemente estabelecidos) grupos imigrantes¹⁰, mas é importante observar que lutas por uma cidadania multicultural também surgiram com relação às minorias e aos povos indígenas¹¹.

2.3 A evolução das políticas do multiculturalismo

O caso do multiculturalismo imigrante é somente um aspecto de um “renascimento étnico” maior entre democracias ocidentais¹², onde diferentes tipos de minorias lutaram por novas formas de cidadania multicultural que combinassem tanto medidas antidiscriminação quanto formas positivas de reconhecimento e de acomodação. A cidadania multicultural para grupos de imigrantes definitivamente não envolve os mesmos tipos ou reivindicações dos povos indígenas ou minorias nacionais: grupos imigrantes não buscam propriamente direito a terras, autonomia territorial ou *status* de língua oficial. Qual é, então, a substância da cidadania multicultural em relação a grupos de imigrantes?

O Índice de Políticas do Multiculturalismo é uma tentativa de medir a evolução das MCPs em um formato estandardizado que permita a pesquisa comparativa¹³. O índice considera as seguintes oito políticas como as formas mais comuns ou emblemáticas de MCPs¹⁴:

- afirmação constitucional, legislativa ou parlamentar do multiculturalismo, em nível central e/ou regional e municipal;
- adoção do multiculturalismo no currículo escolar;
- inclusão da representação/sensibilidade étnica na mídia pública ou no licenciamento de mídias;

- isenção de código de vestimenta, seja por estatuto ou decisão judicial;
- permissão de dupla cidadania;
- financiamento de organizações de grupos étnicos para apoiar as atividades culturais;
- financiamento de educação bilíngue ou instrução na língua materna;
- ação afirmativa para grupos de imigrantes em desvantagens¹⁵.

Outras políticas poderiam ser adicionadas ao índice (ou subtraídas), mas houve uma “virada multiculturalista” por todas as democracias ocidentais nas últimas décadas do século 20, e conseguimos identificar uma gama de políticas públicas que são vistas, tanto pelos críticos quanto pelos defensores, como emblemáticas dessa virada. Cada um dos indicadores das oito políticas listadas acima pretende captar uma dimensão política dos Estados democráticos que enfrentaram a escolha entre dar ou não uma virada multicultural e desenvolver formas mais multiculturais de cidadania em relação aos grupos imigrantes.

Embora o multiculturalismo para grupos de imigrantes claramente se diferencie substancialmente dos povos indígenas ou das minorias nacionais, cada política é defendida como uma forma de superar os legados das hierarquias anteriores e ajudar a construir sociedades democráticas mais justas e mais inclusivas.

Portanto, o multiculturalismo diz respeito, antes de tudo, a formas de como desenvolver novos modelos de cidadania democrática, com base nos ideais dos direitos humanos, para substituir as relações não civilizadas e não democratizadas de hierarquia e exclusão. É desnecessário dizer que esse modelo de multiculturalismo como cidadanização difere dramaticamente do modelo 3S do multiculturalismo como celebração das diferenças culturais estáticas. Enquanto o modelo 3S diz que o multiculturalismo relaciona-se a exibir e consumir diferenças na culinária, na vestimenta e na música, negligenciando questões de desigualdade política e econômica, o modelo de cidadanização diz que o multiculturalismo é precisamente sobre como construir novas relações cívicas e políticas para superar as desigualdades profundamente enraizadas que persistiram após a abolição da discriminação formal.

É importante determinar qual desses modelos descreve mais precisamente a experiência ocidental com o multiculturalismo. Antes de

podermos decidir se celebramos ou lamentamos a queda do multiculturalismo, precisamos primeiro nos certificar de que sabemos o que de fato é o multiculturalismo. O modelo 3S é enganador por três principais razões¹⁶.

Primeiro, a reivindicação de que o multiculturalismo é exclusivamente ou principalmente sobre políticas culturais simbólicas depende de uma leitura errônea das políticas de fato. Independentemente de olharmos para os povos indígenas, as minorias nacionais ou os grupos imigrantes, fica imediatamente aparente que as MCPs combinam dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Embora as minorias estejam (corretamente) preocupadas em questionar a estigmatização histórica de suas culturas, o multiculturalismo imigrante também inclui políticas que estão preocupadas com o acesso ao poder político e às oportunidades econômicas – por exemplo, as políticas de ação afirmativa, mecanismos de consulta política, financiamento para a auto-organização étnica e acesso facilitado à cidadania. Com relação aos três tipos de grupos, as MCPs combinam reconhecimento cultural, redistribuição econômica e participação política.

Segundo, a reivindicação de que o multiculturalismo ignora a importância dos direitos humanos universais é igualmente errônea. Ao contrário, como já vimos, o multiculturalismo é, por si só, um movimento baseado nos direitos humanos, inspirado e limitado por princípios dos direitos humanos e do constitucionalismo democrático liberal. Seu objetivo é desafiar as hierarquias étnicas e raciais tradicionais que foram desacreditadas pela revolução pós-guerra dos direitos humanos. Entendido dessa forma, o multiculturalismo como cidadanização não oferece apoio para acomodar as práticas culturais não liberais dos grupos minoritários, que também foram desacreditadas por essa revolução dos direitos humanos. As mesmas razões baseadas nos direitos humanos que temos para endossar o multiculturalismo como cidadanização também são razões para rejeitar as práticas culturais que violam os direitos humanos. E, de fato, é o que vemos por todas as democracias ocidentais. Sempre que foi adotado, o multiculturalismo esteve ligado a normas mais amplas dos direitos humanos e foi ajustado aos princípios gerais da ordem constitucional democrática liberal. Nenhuma democracia ocidental isentou grupos imigrantes das normas constitucionais de direitos humanos para manter práticas como casamento forçado, criminalização de apostasia e clitoridectomia.

E isso, por sua vez, indica a inconsistência da afirmação de que o multiculturalismo nega a realidade da mudança cultural. Ao contrário, o multiculturalismo como cidadanização é um projeto profundamente (e intencionalmente) transformador, tanto para as minorias quanto para as maiorias. Ele requer que tanto os grupos dominantes quanto os historicamente subordinados se engajem em novas práticas, iniciem novos relacionamentos e adotem novos conceitos e discursos – todos aqueles que transformam profundamente as identidades das pessoas¹⁷.

Uma forma de se pensar sobre isso é reconhecer que a revolução dos direitos humanos é uma faca de dois gumes. Ela criou espaço político para grupos étnico-culturais questionarem as hierarquias herdadas. Mas também exige que os grupos façam avançar suas reivindicações em uma linguagem bastante específica – isto é, a linguagem dos direitos humanos, do liberalismo dos direitos humanos e do constitucionalismo democrático.

Isso fica óbvio no caso do grupo majoritário historicamente dominante em cada país, que deve renunciar a fantasias de superioridade racial, para poder abrir mão de reivindicações de propriedade exclusiva do Estado e abandonar tentativas de moldar as instituições públicas exclusivamente à sua própria imagem (tipicamente branca/cristã). De fato, grande parte da “longa marcha através das instituições” do multiculturalismo consiste precisamente em identificar e atacar aqueles costumes, tradições e símbolos profundamente enraizados que excluíram ou estigmatizaram as minorias. Muito já foi escrito sobre esse processo, não somente sobre as transformações nas identidades e práticas das maiorias que ele requer, mas também sobre o retrocesso que pode provocar¹⁸.

No entanto, as MCPs são igualmente transformadoras das identidades e práticas de grupos subordinados. Muitos desses grupos têm suas próprias histórias de preconceito étnico e racial, antissemitismo, exclusão de casta e gênero, triunfalismo religioso e autoritarismo¹⁹.

Para essas pessoas, o multiculturalismo oferece tanto oportunidades quanto desafios. Tais políticas oferecem pontos de acesso claros e ferramentas legais para grupos não dominantes desafiarem seu *status*. No entanto, há um preço para esse acesso: isto é, aceitar os princípios dos direitos humanos e liberdades civis e os procedimentos do constitucionalismo democrático liberal, com suas garantias de igualdade de gênero, liberdade religiosa, não discriminação racial, direitos dos homossexuais, processo devido, e assim por diante. Em outras palavras,

os grupos subordinados podem apelar às MCPs para desafiar sua exclusão não liberal, mas aquelas mesmas políticas também impõem obrigações sobre eles para serem incluídos.

3. Multiculturalismo na prática

Até agora, este relatório enfocou as aspirações relacionadas ao multiculturalismo. Mas as MCPs funcionam na prática? Elas de fato contestaram com sucesso as hierarquias étnicas e raciais e criaram relações mais democráticas de cidadania? Uma resposta segura, embora não satisfatória, seria dizer que ainda não temos evidências suficientes²⁰. Isso, em parte, reflete a dificuldade de dissociar o efeito das MCPs de outros fatores causais, como mudanças nas regras de seleção de imigrantes ou regulamentos de mercado de trabalho²¹. Ainda assim, embora reconhecendo a incompletude das evidências, podemos apontar alguns resultados intrigantes de pesquisas recentes.

3.1 A história de sucesso canadense

Um dos poucos estudos que tentaram isolar o efeito das MCPs foi conduzido por Irene Bloemraad (2006), que comparou a integração de imigrantes vietnamitas de Boston com os de Toronto²². Uma característica interessante dessa comparação é que os dois grupos tinham características semelhantes ao chegarem aos respectivos países – eles chegaram ao mesmo tempo, com mais ou menos o mesmo nível de educação, riqueza, capacidade linguística e assim por diante. Entretanto, os vietnamitas se integraram mais efetivamente na esfera política em Toronto do que em Boston, e Bloemraad argumenta que o multiculturalismo canadense é um ponto central da explicação. As MCPs proativas no Canadá mandaram uma mensagem clara de que a participação política dos vietnamitas é bem-vinda e também forneceram material e apoio logístico para a auto-organização e representação política da comunidade. O estudo de Bloemraad também demonstrou um resultado semelhante para a comunidade portuguesa nas duas cidades. Novamente, os portugueses estão mais bem integrados em Toronto do que em Boston, apesar de, ao chegarem, demonstrassem ter características semelhantes.

Esse é um exemplo de um achado mais geral que podemos denominar de história de sucesso comparativo canadense. O Canadá foi o primeiro país ocidental a adotar uma política multiculturalista oficial para grupos étnicos imigrantes e permanece como o único país em que o multiculturalismo é preservado na constituição. Se as MCPs tiverem efeitos perversos ou não pretendidos, eles claramente devem aparecer primeiro no Canadá. No entanto, os estudos demonstraram o contrário.

- Imigrantes no Canadá, mais do que os de outras democracias ocidentais²³, têm mais probabilidade de se tornarem cidadãos²⁴, votarem, de se candidatarem a cargos públicos²⁵ e de serem eleitos, em parte porque os eleitores no Canadá não os discriminam como candidatos²⁶.

- Em comparação com seus conterrâneos de outras democracias ocidentais, os filhos dos imigrantes têm melhores resultados educacionais²⁷, embora os imigrantes de todas as sociedades ocidentais sofram de uma “punição étnica” ao tentarem traduzir suas capacidades em ocupações/empregos; no Canadá, entretanto, o tamanho dessa punição étnica é menor²⁸.

- Em comparação com residentes de outras democracias ocidentais, os canadenses têm mais probabilidade de afirmar que a imigração é benéfica²⁹ e menos probabilidade de ter visões preconceituosas dos muçulmanos³⁰. E, embora a diversidade étnica tenha evidenciado um desgaste nos níveis de confiança e de capital social em outros países, parece haver uma “exceção canadense” com relação a isso³¹.

Embora o sucesso comparativo do Canadá nesses campos seja amplamente reconhecido, os céticos questionam se o multiculturalismo lá realmente desempenha um papel significativo. Os críticos algumas vezes argumentam que o recorde de integração do Canadá é explicado por outros fatores, como pelo fato de os imigrantes do país terem mais capacidades que os imigrantes em outros países e o mercado de trabalho ser relativamente mais aberto. Em outras palavras, os imigrantes trazem consigo níveis mais elevados de capital humano e podem mais facilmente empregá-lo no mercado de trabalho do que em outros países. Sob esse ponto de vista, a presença das MCPs em nada contribui para o sucesso da integração dos imigrantes no Canadá, e pode, na verdade, obstruí-la³².

Embora a seletividade da política de imigração no Canadá seja importante, vale salientar que muitos dos estudos citaram – incluindo o de Bloemraad – o controle do nível de habilidades dos imigrantes. Em seu estudo, os vietnamitas se integram melhor em Toronto do que em Boston apesar de terem níveis de habilidade idênticos antes de chegarem às cidades. De fato, o sucesso comparativo do Canadá não se baseia fundamentalmente no nível dos imigrantes mais capacitados, que provavelmente vão ter sucesso aonde forem. Em vez disso, está relacionado aos imigrantes menos capacitados, que a “lacuna da cidadania” faz surgir muito claramente entre Canadá e Estados Unidos.

Além disso, um número de estudos recentes ajudou a esclarecer o papel positivo que as MCPs podem desempenhar em processos mais amplos de integração de imigrantes. Esta pesquisa sugere que as MCPs operam em dois grandes níveis: identidade individual e delineamento institucional.

No nível individual, as pesquisas indicam que o multiculturalismo fornece um local para o nível elevado de identificação mútua entre cidadãos nascidos no Canadá e imigrantes. Na maioria dos países, cidadãos nascidos no país com um forte senso de identidade ou orgulho nacional tendem a não confiar em imigrantes, que são vistos como uma ameaça³³. Mas no Canadá, que oficialmente se definiu como uma nação multicultural, o multiculturalismo serve como uma fonte de identidade e orgulho nacional compartilhada tanto por cidadãos nascidos no país quanto por imigrantes. Estudos mostram que na falta do multiculturalismo, a identidade nacional tem maior probabilidade de levar à intolerância e à xenofobia³⁴. De fato, o Canadá pode ser o único país ocidental cuja força da identidade nacional está positivamente correlacionada ao apoio à imigração, um dado difícil de explicar, exceto com referência ao multiculturalismo³⁵.

Uma dinâmica semelhante foi descoberta em estudos sobre confiança e capital social. Embora Robert Putnam tenha descoberto que o capital social diminui à medida que a diversidade étnica e racial aumenta nos Estados Unidos³⁶, o mesmo padrão não foi observado no Canadá³⁷, especialmente entre as gerações mais jovens que foram criadas sob a política do multiculturalismo³⁸. Para eles, a diversidade foi normalizada.

Um recente estudo internacional também confirmou o papel construtivo que o multiculturalismo desempenha ao possibilitar processos saudáveis de aculturação individual³⁹. Muitos estudos mostraram que os

imigrantes se saem melhor, tanto em termos de bem-estar psicológico e resultados socioculturais, quando conseguem combinar sua identidade étnica com uma nova identidade nacional. Os estudiosos frequentemente chamam a isso de uma “orientação para a integração”, em oposição a uma “orientação para a assimilação” (em que os imigrantes abandonam sua identidade étnica para adotar uma nova identidade nacional) ou uma “orientação para a separação” (em que os imigrantes renunciam a sua nova identidade nacional para manter sua identidade étnica). Os defensores do multiculturalismo há muito tempo afirmam que as MCPs podem de fato incentivar e possibilitar uma orientação para a integração –, o que é conhecido como a “hipótese do multiculturalismo⁴⁰”. Os membros das minorias de imigrantes vão provavelmente se identificar mais com uma nova identidade nacional se eles sentirem que sua identidade étnica é publicamente respeitada⁴¹.

No nível institucional, também temos evidências do papel que o multiculturalismo desempenha ao criar mais instituições públicas inclusivas e imparciais. Por exemplo, o estudo da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), que estabeleceu que a vantagem comparativa do Canadá na educação de estudantes imigrantes, enfatizava que um fator crucial desse sucesso era a presença de políticas específicas para tratar de questões sobre diversidade cultural e linguística na população estudantil – políticas essas que, no contexto canadense, surgiram sob a rubrica do multiculturalismo⁴². Essas políticas ajudam a explicar por que os filhos de imigrantes têm mais sucesso no Canadá do que em outras democracias ocidentais, ainda que sejam controladas as habilidades, a educação e a renda dos seus pais.

De forma semelhante, o multiculturalismo demonstrou desempenhar um papel importante para tornar o processo político do Canadá mais inclusivo. Como o estudo de Bloemraad mostra, as MCPs incentivaram e capacitaram a comunidade vietnamita para participar mais rapidamente e de forma mais eficiente nas principais instituições canadenses. Em especial, as MCPs facilitaram a auto-organização da comunidade e criaram: 1) novos grupos de líderes comunitários que estão familiarizados com as instituições e com as práticas canadenses; 2) novos mecanismos de consulta e participação; e 3) um ambiente mais acolhedor.

Em resumo, parece que o sucesso comparativo do Canadá não

pode ser totalmente atribuível à seletividade de sua imigração. Diversos estudos recentes sugerem que as MCPs canadenses também desempenham um papel determinante para promover a integração, a participação e a coesão social, tanto através dos efeitos no plano individual, sobre atitudes, autoentendimento e identidades, quanto através dos efeitos no plano da sociedade, sobre as instituições.

3.2 A experiência europeia

Mesmo que resultados positivos semelhantes tenham sido alcançados – ou possam ser alcançados – em outros países, isso é difícil de determinar. Nós não temos muitos estudos transnacionais de confiança que tentem isolar os efeitos das MCPs. Entretanto, é importante observar que a própria Bloemraad tentou testar os efeitos das MCPs internacionalmente, e seu estudo recente sobre diversidade e capital social em 19 países mostra que as MCPs têm um impacto positivo sobre a participação política e o capital social⁴³. Mesmo se excluirmos o Canadá da amostra, as MCPs permanecem positivamente associadas com participação e coesão social. Estudos transnacionais anteriores mostram que o multiculturalismo tem um efeito positivo sobre a redução do preconceito⁴⁴, que as crianças são mais bem adaptadas psicologicamente em países com MCPs⁴⁵, e que as MCPs podem fortalecer em vez de enfraquecer a solidariedade redistributiva⁴⁶.

É preciso enfatizar novamente o quanto é fragmentária essa evidência: as pesquisas futuras certamente vão qualificar essas conclusões. E essa evidência é somente sobre tendências gerais, não sobre leis universais. Mesmo se as MCPs estiverem associadas a melhores resultados internacionalmente, elas ainda podem ter os efeitos perversos em países específicos, sobre questões específicas. Esta é, de fato, a visão de Ruud Koopmans, que argumentou que as MCPs na Holanda tiveram efeitos prejudiciais sobre a integração de imigrantes no país⁴⁷. Essa afirmação é fortemente questionada por um bom número de outros estudiosos holandeses que pensam que Koopmans está culpando o multiculturalismo por males que são, de fato, decorrentes de outras políticas (por exemplo, políticas de mercado de trabalho)⁴⁸. Mas mesmo se for verdade, como argumenta Koopmans, que as MCPs tiveram efeitos perversos na Holanda, a evidência transnacional sugere que esta é uma anomalia holandesa e não a tendência geral com relação aos efeitos das

MCPs. Se não pudermos concluir a partir do caso canadense que as MCPs são sempre um sucesso em qualquer lugar, tampouco podemos concluir a partir do caso holandês que as MCPs são sempre um fracasso em qualquer lugar. As evidências até agora sugerem um efeito positivo geral, embora não universal⁴⁹.

Em resumo, o multiculturalismo no Ocidente surgiu como um veículo para substituir formas mais antigas de hierarquia étnica e racial por novas relações de cidadania democrática, e há evidências significativas, embora ainda não conclusivas, de que está fazendo progresso rumo a esse objetivo.

4. O retrocesso do multiculturalismo

Mas isso traz um enigma: se as reivindicações pós-multiculturalistas sobre as falhas do multiculturalismo são em grande parte esparsas, então, o que explica a queda do multiculturalismo? Se o multiculturalismo se inspira nas normas dos direitos humanos e busca aprofundar as relações de cidadania democrática, e se existem evidências de que está funcionando, então por que houve um retrocesso?

4.1 Retórica *versus* realidade

Parte da resposta é que os relatos sobre a morte do multiculturalismo são exagerados. O Índice de Políticas do Multiculturalismo categoriza a força das MCPs para imigrantes em 21 países do OCDE em três momentos ao longo do tempo: 1980, 2000 e 2010, e a clara tendência foi rumo à expansão das MCPs ao longo dos últimos 30 anos, incluindo os últimos dez (veja o Apêndice 1). Existem algumas exceções importantes: houve uma redução significativa na Holanda e outras, modestas (de uma base mais baixa) na Dinamarca e na Itália. Mas a última década também assistiu a um fortalecimento das MCPs em um bom número de países, incluindo Bélgica, Finlândia, Grécia, Irlanda, Noruega, Portugal, Espanha e Suécia. Em outros países, os escores aumentaram marginalmente ou permaneceram estáveis. No geral, o recorde de políticas multiculturais na Europa tem um reduzido fortalecimento. Como indica o Apêndice 1, o escore médio para países europeus aumentou de 0.7 em 1980, para 2.1 em 2000, e 3.1 em 2010. Outros esforços independentes para medir a força das MCPs na Europa chegaram à mesma conclusão⁵⁰.

Isso pode surpreender muitos leitores, uma vez que falar sobre o multiculturalismo parece muito fora de moda nos círculos políticos. Mas o retrocesso pode de fato ser mais uma questão de conversa do que de políticas reais. Determinados políticos na Grã-Bretanha e na Austrália, por exemplo, decidiram não usar “aquela palavra que começa com *m*” – em vez disso, optaram por termos como *diversidade*, *pluralismo*, *diálogo intercultural* ou *coesão comunitária* –, mas essas mudanças terminológicas não necessariamente afetaram as políticas e programas de fato. Nas palavras de Derek McGhee, ao falar sobre a Grã-Bretanha: “Em muitas formas, esse retrocesso em forma de hostilidade aberta em relação ao multiculturalismo, se bem examinado, revela uma tentativa de evitar o termo *multiculturalismo* em vez de fugir de todos os princípios do multiculturalismo⁵¹”. Em recente visão global da situação na Europa, Steven Vertovec e Susan Wessendorf concluem de forma semelhante que a palavra multiculturalismo “praticamente desapareceu da retórica política”, substituída por uma “ênfase perversa na dita integração”. Isso “não surgiu com a erradicação, nem mesmo em detrimento de medidas, instituições e estruturas reais de reconhecimento de cultural das minorias[...] Políticas e programas uma vez denominados ‘multiculturais’ continuam em todos os lugares⁵²”.

Nossos dados confirmam de forma consistente essa análise⁵³. Os dados também demonstram que o retrocesso retórico não está limitado a países que praticaram uma estratégia multiculturalista efetiva. O anúncio da Chanceler Angela Merkel de que o multiculturalismo “falhou completamente” é intrigante, uma vez que a abordagem não foi significativamente testada na Alemanha. A política oficial em nível nacional tem sido hostil ao pluralismo institucionalizado, e as iniciativas multiculturalistas surgiram principalmente em cidades com grandes populações de imigrantes. A crítica de Merkel ao multiculturalismo é, portanto, uma pista falsa, mas como observa Karen Schönwälder, ela serve a um propósito político: “Ao criar um quadro imaginário de um passado multiculturalista”, líderes políticos conservadores “podem apresentar suas próprias políticas como inovadoras⁵⁴”.

Sem dúvida, há muitas razões para os líderes políticos na Europa terem escolhido representar retoricamente a si mesmos como oponentes de um multiculturalismo “cansado” ou “ingênuo” e como defensores de uma abordagem mais “inovadora” e “realística”. Mas não podemos confundir retórica com realidade, e nosso índice revela que o retrocesso da retórica

multiculturalista não rivaliza com nenhum retrocesso comparável das políticas multiculturalistas. A retórica sobre um “retrocesso geral⁵⁵” das MCPs é, portanto, equivocada.

4.2 Proliferação das políticas de integração cívica

Entretanto, algo claramente mudou no que se refere às políticas públicas. A principal mudança não foi o abandono das MCPs, mas a proliferação de políticas de “integração cívica”, tipicamente na forma de língua obrigatória e exigências de conhecimentos sobre o país.

Essas exigências foram impostas em estágios diferentes do processo de imigração – entrada inicial, renovação da residência e naturalização – e foram implementadas através de uma série de testes, cursos e contratos. Sara Goodman desenvolveu um índice estatístico de tais políticas de integração cívica na Europa (CIVIX), e ele evidencia uma mudança drástica de 1997, quando tais políticas praticamente não existiam, para 2009, quando tais políticas estavam muito mais presentes (veja o Apêndice 2). De acordo com a escala CIVIX, o escore médio de um país do EU-15 foi somente 0.56 de um possível 7.0 em 1997, mas havia subido para 2.3 em 2009.

Então podemos ver uma tendência interessante: um fortalecimento modesto das MCPs e um aumento mais dramático nas exigências de integração cívica. A persistência das MCPs ao lado das novas políticas de integração cívica deixa implícito que ambas, de alguma forma, podem coexistir. Mas qual é precisamente a relação entre MCPs e a mudança para a integração cívica? A integração cívica enfatiza a importância de os imigrantes se integrarem mais completamente na sociedade geral e promove um número de princípios fundamentais, incluindo os seguintes⁵⁶:

- o papel fundamental do emprego na integração;
- o respeito aos valores democráticos liberais básicos, como liberdade, democracia, direitos humanos, igualdades (como de gêneros) e o regimento da lei;
- o conhecimento básico sobre a língua, a história e as instituições do país anfitrião;
- a necessidade de leis e políticas antidiscriminação.

Não há incompatibilidade inerente entre integração cívica e as MCPs, como definido aqui. Certamente, a experiência de países fora da Europa,

como o Canadá e a Austrália, confirmam tal visão. Ambos adotaram as MCPs e possuem estratégias robustas para a integração dos imigrantes.

O modelo canadense é mais bem descrito como “integração multicultural”. O componente multiculturalista no sistema de governo é bastante amplo, refletindo grande parte dos itens do Índice de Políticas do Multiculturalismo: o reconhecimento da diversidade multicultural como uma característica central da vida canadense na constituição, na legislação e nos currículos usados nas escolas; as exigências às concessões das emissoras de comunicação de que reflitam a diversidade cultural em sua programação; a isenção de código de vestimenta oficial; a permissão à dupla cidadania; a subvenção a grupos étnicos; e a ação afirmativa (“igualdade de emprego” no Canadá) para grupos de imigrantes em desvantagens.

A política canadense há tempos enfatiza a integração, incluindo os tipos de políticas que são hoje comumente encontrados nos programas de integração cívica na Europa. Este etos integracionista se refletiu no próprio programa do multiculturalismo, cujos objetivos originais (como promulgado em 1971) incluíram não somente apoio para a diversidade cultural, mas também assistência para as minorias superarem barreiras, ampliando o engajamento, a promoção de trocas interculturais e o apoio para imigrantes aprenderem uma das línguas oficiais no Canadá, “a fim de se tornarem participantes plenos na sociedade canadense”. O impulso integracionista é muito reforçado pelo programa de imigração e pelos serviços de assentamento oferecidos aos recém-chegados. Os governos federal e provincial fornecem assistência para se ajustarem e programas extensivos para a aprendizagem da língua, tanto em nível básico quanto mais avançado para imigrantes com problemas para conseguirem ocupação que exija habilidades linguísticas específicas⁵⁷. Além disso, o Canadá tem uma longa tradição de estímulo aos recém-chegados para aprenderem sobre a história, as tradições e as instituições políticas do país. Candidatos à cidadania precisam passar por um teste escrito, comprovando sua capacidade de falar inglês ou francês e seu conhecimento sobre a história, a geografia, as instituições políticas e as tradições canadenses. Também existem juramentos e cerimônias para a cidadania⁵⁸.

O modelo canadense também privilegia a proteção dos princípios democráticos liberais e os mecanismos antidiscriminação. A Carta de Direitos e Liberdades representa uma forma de “liberalismo muscular”, que está preservado na Constituição e se sobrepõe à legislação comum, incluindo o Ato do Multiculturalismo. A carta, junto com as comissões

federal e provincial pelos direitos humanos, protege os recém-chegados da discriminação pela maioria. Por exemplo, a garantia de liberdade de religião ajudou, em diversos casos importantes, os membros das religiões minoritárias com relação à vestimenta religiosa. Ao mesmo tempo, os direitos individuais e de igualdade, incluídos na Carta, evitam o perigo de que o multiculturalismo possa vir a fugir do controle. A Carta circunscreve uma série de tradições religiosas que podem ser consideradas legítimas, ajudando a garantir que a acomodação das diferenças não se torne uma justificativa para discriminação ou negação de igualdades básicas, como igualdade de gênero⁵⁹.

O regime canadense combina, dessa forma, multiculturalismo e integração cívica. Mas dois elementos são críticos para essa combinação. Primeiro, os instrumentos de integração são principalmente voluntários. Os programas de treinamento e integração são fornecidos pelos governos gratuitamente, e não há vinculação entre o engajamento, a participação e a continuidade da residência no país ou o acesso a benefícios sociais. A única exigência formal é o teste de cidadania escrito para a naturalização. Segundo, a identidade nacional que os recém-chegados são convidados a participar celebra a diversidade. A adoção do bilinguismo e do multiculturalismo nas décadas de 1960 e 1970 representou uma redefinição da identidade nacional capitaneada pelo Estado, o ponto mais alto de um esforço para atenuar a ênfase dada à concepção histórica do país como uma sociedade britânica e para construir uma identidade que reflita melhor a complexidade cultural do Canadá. A adoção de uma nova bandeira, sem os símbolos étnicos, foi uma reflexão dessa transição mais ampla.

O caso australiano também revela a compatibilidade das MCPs e da integração cívica: a Austrália sempre enfatizou o aprendizado do inglês como a língua nacional e o respeito aos valores liberais como parte fundamental de seu multiculturalismo. James Jupp, que desempenhou um papel central na definição das políticas multiculturalistas, argumentou que o multiculturalismo na Austrália “é essencialmente uma ideologia liberal que opera nas instituições liberais com a aprovação universal das atitudes liberais. Ele aceita que todos os humanos devem ser tratados como iguais e que as diferentes culturas podem coexistir se aceitarem os valores liberais⁶⁰”. Dessa forma, os dois países que primeiro adotaram e permanecem como os apoiadores mais fervorosos das MCPs sempre tiveram fortes políticas de integração, focando no aprendizado da língua nacional e compartilhando valores liberais.

4.2.1 Uma mudança dos “direitos” para os “deveres”

Os dados sugerem que não há incompatibilidade inerente entre multiculturalismo e integração cívica, e que essa combinação foi, de fato, central para dois dos casos mais duradouros das MCPs. Ainda assim, deve também ser esclarecido que nem todas as formas de integração são compatíveis com o multiculturalismo. A realidade é que as políticas de integração cívica são, por si só, muito diferentes em conteúdo e forma, e em alguns casos, a troca para a integração cívica significa uma rejeição aos princípios e políticas multiculturalistas.

Duas possíveis fontes de conflito podem ser identificadas. Uma questão diz respeito ao nível de coerção envolvido ou, colocando de outra forma, a relação entre direitos e deveres. Alguns países desenvolveram abordagens voluntárias que enfatizam os direitos dos imigrantes de se integrarem e oferecem programas de apoio para tal. Mas outros países tornaram a integração um dever, estabelecendo programas obrigatórios e negando aos imigrantes o acesso a direitos sociais ou à renovação da permissão para residência, se eles não atenderem a determinados princípios de integração⁶¹. Essa versão não liberal da integração cívica não pode ser combinada com uma estratégia multicultural forte, especialmente se forem somente – ou principalmente – imigrantes cujos direitos estão sujeitos a testes ou ao cumprimento de deveres. Talvez seja revelador que países que estão adotando as formas mais coercivas de integração cívica nunca tenham adotado a estratégia multicultural, como a Dinamarca; ou acabaram com programas prévios multiculturalistas como parte de um processo de reestruturação, como a Holanda. De forma diferente, aqueles países que se orientaram de forma mais expressiva e para uma direção pró-multicultural nos últimos anos, como a Suécia, a Finlândia, a Espanha e Portugal, resistiram às formas mais coercivas de integração cívica.

Estamos testemunhando uma mudança mais geral no contínuo “direitos *versus* deveres” na política social⁶². A visão tradicional subjacente à previdência social estatal pós-guerra – articulada mais notavelmente por T. H. Marshall – diz respeito ao fato de os cidadãos precisarem ter direitos incondicionais antes de serem capazes de cumprir seus deveres cívicos. Hoje, contudo, em diversas áreas da política social entre as democracias ocidentais (por exemplo, programas de ativação

e políticas de emprego), tem havido uma mudança rumo à ideia de que os cidadãos têm que cumprir determinadas tarefas antes de poderem reivindicar determinados direitos (por exemplo, “trabalhar para receber benefícios sociais”). Se de fato tais políticas são impostas sobre todos os cidadãos, então elas não são inerentemente anti-imigrantes ou antidiversidade (embora alguns de nós estejam propensos a vê-las como uma erosão dos valores liberais ou democráticos sociais básicos). Mas a mudança de direitos para deveres traz o perigo de que todos aqueles grupos julgados como “indignos” de serem tratados de forma tolerante – especialmente imigrantes não brancos e não cristãos –, se tornem o alvo. Uma vez que as percepções do não merecimento dos imigrantes sustentam as políticas coercivas de integração, então uma estratégia de integração coerciva nega a afirmação multicultural da diversidade.

4.2.2 Alterando as definições de identidade nacional

Uma segunda questão diz respeito à definição da cultura nacional a que os imigrantes são integrados (coerciva ou voluntariamente) e o quão aberta ela é para a visibilidade e a expressão da diferença. Na Alemanha e na França, por exemplo, um(a) imigrante pode ter negada a sua naturalização se for observado um apego excessivo à sua pátria ou religião. Nesses casos, a identidade nacional vincula-se de modo implícito a uma relação de soma zero com as identidades anteriores dos imigrantes. Os imigrantes não são convidados a acrescentar uma nova identidade às suas anteriores. Mais que isso, eles devem abandoná-las. Esta suposição implícita de que as identidades anteriores precisam ser esquecidas, ou, pelo menos, subordinadas e escondidas para propósito público, reflete-se de várias formas. Os exemplos incluem a proibição de uma cidadania dupla e a severidade dos testes de naturalização. Embora a maioria dos países exija que os candidatos à cidadania sejam aprovados em um teste de língua, outros apresentam um nível de exigência muito maior, requerendo que os imigrantes adquiram uma proficiência quase nativa da língua e conhecimentos culturais. Tais políticas indiscutivelmente objetivam total assimilação, impedindo imigrantes não completamente integrados de obterem a cidadania. Em contrapartida, outros países colocam limites muito mais baixos, requerendo somente um esforço de boa-fé por parte do imigrante, e muito

menos proficiência na língua, com a suposição de que os imigrantes com níveis variados de identidades duais e misturadas possam, da mesma forma, tornar-se bons cidadãos.

Os testes de cidadania na Dinamarca e no Canadá ilustram essa diferença⁶³. Ambos países utilizam testes de cidadania para promover uma identidade e uma língua nacionais. Mas a cidadania canadense, tanto implícita quanto explicitamente, presume que muitos imigrantes desejam ser cidadãos multiculturais, combinando uma forte identidade étnica com uma forte identidade nacional canadense, enquanto que o teste assimilador dinamarquês quer excluir tais formas multiculturais de cidadania. Nesse sentido, os testes de cidadania não são inerentemente incompatíveis com o comprometimento multicultural. Ao contrário, os testes de cidadania constituem-se em mais um campo por meio do qual os países exibem seu comprometimento (ou falta dele) com o multiculturalismo.

O fato de um programa ser coercivo ou voluntário não está diretamente relacionado ao nível de abertura de uma identidade nacional. A França pode não ter integração cívica obrigatória, mas tem um conceito assimilador de identidade nacional. Ao contrário, é possível imaginar um país que tenha classes de integração coerciva, mas que possui um conceito aberto de identidade nacional. (Algumas propostas britânicas para acrescentar novos testes para a permissão de residência tornariam o processo de integração mais coercivo, embora mantendo um conceito relativamente aberto de identidade nacional). Esta questão de identidade diz respeito muito mais ao conteúdo das aulas de integração cívica ou dos testes de cidadania, independentemente se forem voluntários ou obrigatórios.

Embora seja muito difícil medir o quanto são abertas as identidades nacionais, é indiscutivelmente mais importante que o nível de coerção quando se avalia a (in)compatibilidade das políticas de integração cívica com as MCPs. Políticas de integração altamente coercivas não são liberais, sendo ofensivas para qualquer pessoa de pensamento liberal, mesmo que não adote o multiculturalismo. Por outro lado, os conceitos assimilacionistas e excludentes de identidade nacional são ofensivos aos multiculturalistas, e isso independe de serem coercivos ou voluntários os meios utilizados para promover essa identidade nacional. Se pensarmos no Canadá como um país que endossa um “multiculturalismo liberal”, então as políticas de integração coercivas violariam a parte “liberal” da história, e os conceitos assimilacionistas de identidade nacional violariam

a parte “multicultural” da história. A ideia de que os imigrantes devem renunciar às identidades anteriores e/ou que precisam atingir o mesmo nível de proficiência que um nativo, é diretamente oposta a qualquer forma significativa de cidadania multicultural.

Em resumo, embora a virada para a integração cívica seja uma evolução importante, constitui-se um equívoco relacioná-la ao retrocesso do multiculturalismo. As políticas de integração cívica se diferenciam umas das outras em muitos aspectos, inclusive na sua relação com o multiculturalismo. Alguns países (como Dinamarca, Alemanha e Áustria) adotaram uma forma antimulticultural de integração cívica – que é coerciva e assimiladora. Mas já que se trata de países que nunca adotaram o multiculturalismo, suas novas políticas dificilmente poderiam ser consideradas como seu retrocesso. Por outro lado, outros países com MCPs duradouras (por exemplo, a Suécia) adotaram formas de políticas de integração cívica que são mais voluntárias e pluralísticas. E esse modelo de integração multicultural parece ser aquele para o qual outros países – como a Finlândia – estão se voltando. Perderemos a noção dessas profundas diferenças – e importantes opções políticas – se presumirmos prematuramente que a integração cívica significa um retrocesso do multiculturalismo.

4.2.3 Convergência ou divergência?

E isso, por sua vez, traz questões sobre a afirmação de que há uma “convergência” sobre a integração cívica na Europa. Essa afirmação foi popularizada por Christian Joppke, que argumenta não somente que houve um retrocesso total do multiculturalismo na Europa, mas que “em resposta à crise da integração, modelos nacionais distintos no que se refere ao tratamento dispensado aos imigrantes, estão dando lugar a políticas convergentes de integração cívica e antidiscriminação⁶⁴”. As evidências discutidas aqui sugerem um quadro bem diferente. Os dados não mostram evidências de convergência para as MCPs ou para as políticas de integração cívica. Ao contrário, os países europeus apresentam maior divergência hoje do que 15 ou 30 anos atrás em ambos os domínios políticos. Como medido pelo nosso Índice de MCPs, a divergência nos escores do multiculturalismo – o desvio-padrão – aumentou de 1980 a 2010⁶⁵. Este resultado é confirmado pelo Índice de Indicadores de Cidadania de Koopmans para

os imigrantes, que também mostra um desvio-padrão crescente de 1980 a 2008 na dimensão do multiculturalismo⁶⁶. E de acordo com o Índice de Integração Cívica de Goodman, a divergência nos escores de integração cívica aumentou de 1997 a 2009⁶⁷.

Entre essa crescente divergência, podemos ver surgindo determinados padrões. De um lado, temos países que adotam o que Goodman descreve como estratégias de cidadania “proibitivas⁶⁸”, com base em políticas de integração cívicas assimilacionistas. Não é de surpreender que os países que a autora categoriza dessa forma (por exemplo, Alemanha, Áustria, Dinamarca) também sejam países com escores muito baixos em nosso Índice de MCPs. Do outro lado, temos países que adotam o que Goodman chama de estratégias de cidadania “capacitadoras”, com base na integração cívica voluntária e aberta. Não é de surpreender que esses países também tenham aumentado seu escore de MCPs desde 2000 (por exemplo, Suécia e Finlândia). (Fora da Europa, o Canadá e a Austrália também se adequam a essa categoria capacitadora e também têm escores altos nas MCPs.) No meio, temos uma variedade de países com formas e níveis intermediários, tanto de integração cívica quanto de MCPs.

Em resumo, toda a retórica sobre o retrocesso do multiculturalismo e a convergência para a integração cívica esconde o fato de que uma forma de integração multicultural permanece como uma opção ativa para as democracias ocidentais, tanto no Novo Mundo quanto na Europa. Eu enfatizo essa opção, não simplesmente por sua completude analítica, mas porque penso que é uma opção que gera considerações importantes, tanto no campo normativo quanto empírico.

De um ponto de vista normativo, a possibilidade de combinação entre a integração cívica e a acomodação multicultural constitui-se na opção mais bem alinhada com os valores liberais fundamentais de liberdade e de justiça. Existem justificativas válidas para o Estado promover a integração cívica, estimulando a língua em comum e uma identidade nacional. Mas essas políticas correm o risco de serem opressoras e injustas com as minorias se não forem suplementadas pelas MCPs. (Além disso, existem justificativas válidas para as minorias reivindicarem acomodações multiculturais, mas essas políticas podem se tornar pouco razoáveis e desestabilizadas se não forem suplementadas pelas políticas de integração cívica.) A combinação de integração cívica e multiculturalismo é mutuamente e normativamente forte: cada um justifica e limita o outro⁶⁹.

É claro que muitos críticos do multiculturalismo aceitam que seja normativamente desejável em princípio, mas argumentam que, na prática, ele falhou. Como Koopmans propõe, embora existam “razões normativas legítimas” para o multiculturalismo, “não podemos simplesmente presumir que o que é justificável do ponto de vista normativo também seja eficiente do ponto de vista prático⁷⁰”, e de fato ele argumenta que tem sido contraprodutivo. Mas como foi discutido anteriormente, está longe de ser claro que o multiculturalismo tenha “falhado” na prática. Ao contrário, em muitos dos indicadores cruciais, parece que países que possuem a capacidade de combinar a integração cívica e as MCPs estão comparativamente bem, conforme avaliados pelos níveis de participação política, preconceito e xenofobia de extrema direita, além de confiança e coesão social.

5. Conclusão: o futuro da cidadania multicultural

Este relatório desafia quatro poderosos mitos sobre o multiculturalismo:

- primeiro, questiona o modelo 3S do multiculturalismo como a celebração não crítica da diversidade e, em vez disso, oferece um modelo de multiculturalismo como a busca de novas relações de cidadania democrática, inspirado e limitado pelos ideais dos direitos humanos;
- segundo, desafia a ideia de que o multiculturalismo esteja em “retrocesso geral⁷¹” e, em vez disso, oferece evidências de que as MCPs persistiram, até mesmo se fortaleceram, ao longo dos últimos dez anos;
- terceiro, rejeita a ideia de que o multiculturalismo tenha falhado e, em vez disso, oferece evidências de que as MCPs têm efeitos positivos;
- quarto, questiona a ideia de que a disseminação das políticas de integração cívica tenha tomado o lugar do multiculturalismo ou o tornado obsoleto. O relatório, pelo contrário, oferece evidências de que as MCPs são totalmente compatíveis com determinadas formas de políticas de integração cívica e que, de fato, a combinação de multiculturalismo com uma forma capacitadora de integração cívica é tanto normativamente desejável quanto empiricamente efetiva em ao menos alguns dos casos.

Com base nesses argumentos, o ideal do multiculturalismo como cidadanização deve permanecer uma opção considerável no *kit* de ferramentas das democracias e deve ser seriamente levada em consideração por aqueles que têm a responsabilidade de criar políticas públicas⁷². No entanto, é preciso reconhecer que existem grandes obstáculos ao projeto multiculturalista: nem todas as tentativas de adotar novos modelos de cidadania multicultural se enraizaram ou tiveram sucesso em alcançar os efeitos pretendidos para promover a cidadanização.

A questão crucial é, portanto, entender por que a cidadania multicultural funciona algumas vezes e em alguns lugares, mas não em outros. Ainda não temos uma descrição das pré-condições para experiências de sucesso em cidadania multicultural, então é necessário um certo grau de cautela quando se fazem julgamentos e recomendações nessa área. A teoria e a prática do multiculturalismo sugerem que as MCPs podem contribuir para a cidadanização, mas os registros históricos sugerem que é preciso haver condições específicas para alcançar o efeito desejado⁷³.

A primeira é a “dessecuritização”. Quando os Estados se sentem inseguros em termos geopolíticos (com medo dos vizinhos inimigos), é pouco provável que tratem suas próprias minorias de forma justa. Mais especificamente, é pouco provável que os Estados concedam poderes e recursos para minorias que veem como possíveis colaboradores dos seus vizinhos inimigos. No passado, essa questão constituiu-se num problema para o Ocidente, especialmente com relação a minorias nacionais. Por exemplo, antes da Segunda Guerra Mundial, a Itália, a Dinamarca e a Bélgica temiam que as minorias falantes do alemão fossem mais leais à Alemanha que a seu próprio país e apoiassem tentativas de invasão e anexação de áreas de concentração étnica germânica. Esses países temiam que a Alemanha invadisse sob a bandeira de liberação de seus coétnicos germânicos, e que as minorias germânicas colaborariam com tal invasão.

Hoje, como resultado da União Europeia (UE) e a da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), isso não é um problema para todas as democracias estabelecidas no Ocidente com relação às minorias nacionais (ou povos indígenas). É difícil pensar em uma única democracia ocidental em que o Estado tenha receio de que uma minoria nacional possa colaborar com o vizinho inimigo e possível agressor⁷⁴. Infelizmente, ainda é um problema com relação a determinados grupos de imigrantes, especialmente grupos árabes/muçulmanos após o 11 de setembro. Quando

as minorias são vistas como ameaças à segurança, as relações étnicas se tornam “securizadas”. As relações entre Estado e minorias são vistas não como uma questão de debate e negociação democrática normal, mas como uma questão de segurança de Estado, em que este tem que limitar o processo democrático para se proteger. Sob condições de securitização, a mobilização política minoritária pode ser banida, e mesmo se as exigências de uma minoria podem ser expressas, elas serão rejeitadas pela sociedade em geral e pelo Estado. Afinal, como os grupos que são desleais podem ter reivindicações legítimas contra o Estado? Dessa forma, a securitização das relações étnicas corrói tanto o espaço democrático para expressar as demandas das minorias como a probabilidade de que tais demandas sejam aceitas, o que diminui qualquer potencial para cidadania multicultural.

Uma segunda pré-condição é a proteção aos direitos humanos, o que se relaciona à segurança – não do Estado, mas dos indivíduos que seriam sujeitados a instituições para autogovernar instituições de minorias. É improvável que os Estados aceitem a autonomia de minorias se temerem a proliferação de ilhas de tirania local em um Estado democrático maior. No passado, isso foi a base para a oposição conceder mais direitos tanto para as minorias nacionais quanto para os povos indígenas, que eram vistos como portadores de culturas políticas não liberais. Embora esse medo tenha essencialmente desaparecido em relação a minorias históricas – ninguém teme que os escoceses ou catalães tentem restringir direitos humanos fundamentais em nome da autenticidade cultural, ortodoxia religiosa ou pureza racial – permanece um medo difundido em relação a alguns grupos de imigrantes recentes; aqui também os muçulmanos são apontados. De fato, como muitos comentaristas observaram, grande parte da resposta negativa contra o multiculturalismo é fundamentalmente conduzida, em particular, por ansiedades com relação aos muçulmanos, e por sua incapacidade percebida de se integrar às normas democráticas liberais.

Esses dois fatores são aplicáveis a todas as formas de multiculturalismo – seja para povos indígenas, minorias nacionais ou grupos de imigrantes. Mas também existem fatores que são específicos ao caso do multiculturalismo para imigrantes⁷⁵.

Controle das fronteiras – o multiculturalismo é fundamentalmente sobre o tratamento dos imigrantes após terem se estabelecido, em vez de tratar sobre quem foi admitido primeiro. No entanto, o multiculturalismo para imigrantes estabelecidos é mais controverso em circunstâncias

em que os cidadãos temem a falta de controle sobre suas fronteiras e, portanto, perder o controle sobre quem é admitido no país. Quando os países enfrentam grandes números (ou surtos) de imigrantes “indesejados” – sejam imigrantes não autorizados ou que estão buscando asilo – frequentemente gera uma resposta negativa contra o multiculturalismo. Talvez não seja surpreendente, portanto, que o multiculturalismo tenha tido facilidades em países como a Austrália e o Canadá, onde a imigração é surpreendentemente o resultado de seleção do Estado, com poucas entradas não autorizadas. Ter um senso de controle sobre a própria fronteira e, portanto, sobre a capacidade de determinar quem entra e em que quantidade, traz diversas consequências. Primeiro, reduz o medo de ser assolado por migrantes indesejados – isso, portanto, reduz a temperatura dos debates e faz com que os cidadãos se sintam mais seguros de que estão no controle de seu próprio destino. Segundo, na maioria dos países do Ocidente, há uma grande objeção moral em recompensar migrantes que entram no país ilegalmente ou sob falso pretexto (por exemplo, migrante econômico fazendo falsas afirmações de fugir de perseguição). Tais migrantes são vistos como desconsiderando a regra da lei, tanto pela forma como entraram no país como com suas atividades subsequentes (por exemplo, trabalhar ilegalmente). A maioria dos cidadãos tem uma forte objeção moral em recompensar esse comportamento ilegal ou desonesto. Além disso, tais migrantes muitas vezes estão “furando a fila”, tirando a chance de alguém igualmente necessitado ou de possíveis migrantes igualmente merecedores, que buscam a entrada através de canais legais. Também existe a prudente objeção de fornecer MCPs para imigrantes não autorizados, uma vez que isso pode incentivar mais migrações ilegais.

Homogeneidade ou heterogeneidade de imigrantes – o multiculturalismo funciona melhor quando é genuinamente *multicultural*. Isto é, quando os imigrantes vêm de muitos países em vez de massivamente de apenas um. No Canadá, por exemplo, os imigrantes são atraídos de todos os cantos do mundo e nenhum grupo étnico representa mais de 15% do total da entrada de imigrantes. Nos Estados Unidos, por contraste, devido à disparidade de seus vizinhos muito menos ricos, 50% dos imigrantes vêm do México. De forma semelhante, os norte-africanos dominam a entrada de imigrantes na Espanha ou na França. Isso tem muitas consequências para o processo de integração. Em uma situação em que os imigrantes são divididos em muitos grupos diferentes, originados em países distantes, não

há uma perspectiva possível, para qualquer grupo de imigrantes, de desafiar a hegemonia da língua e das instituições nacionais. Esses grupos podem formar uma aliança para lutar por melhor tratamento e acomodações, mas tal aliança só pode ser desenvolvida utilizando a língua e dentro das instituições do país que os recebeu e, portanto, é integrativo. Em situações em que há um único grupo de imigrantes dominante, originário de um país vizinho, as dinâmicas podem ser bem diferentes. Os árabes na Espanha ou os mexicanos nos Estados Unidos não necessitam de aliados entre outros grupos de imigrantes. É possível imaginar reivindicações para o árabe ou o espanhol ser declarado como segunda língua oficial, pelo menos em regiões onde estão concentrados, e esses imigrantes poderiam buscar suporte de sua pátria vizinha para tais reivindicações – com efeito, estabelecer um tipo de extensão transnacional desde sua pátria até o país vizinho onde residem. Esse cenário pode parecer sofisticado, mas os cidadãos nativos podem, entretanto, ver isso como um risco, que precisa ser firmemente impedido, restringindo a imigração e se opondo ao multiculturalismo⁷⁶.

Contribuição econômica – o multiculturalismo, ao menos na forma de cidadanização descrita anteriormente, é visto como parte de um pacote de direitos e responsabilidades mútuos, em que o Estado faz esforços para acomodar os imigrantes, e os imigrantes se esforçam para se integrar, de forma a coproduzir novas relações de cidadania democrática. O apoio ao multiculturalismo, portanto, depende da percepção de que os imigrantes estão cumprindo com sua parte no acordo e se esforçando para contribuir para a sociedade. A manifestação mais evidente disso, na maioria dos países, é sua contribuição econômica, de forma que uma ameaça ao multiculturalismo surgirá sempre que se perceba que os imigrantes estão evitando o trabalho e vivendo da previdência social do país. Em muitos casos, é claro, os imigrantes contribuíram mais para a instituição do que a utilizaram – isso historicamente tem sido um padrão nos Estados Unidos e no Canadá. E mesmo quando estão desproporcionalmente desempregados ou vivendo da previdência, a explicação normalmente é a falta de oportunidades e não a falta de esforço. Entretanto, os cidadãos nativos têm tanto uma objeção moral quanto cautelosa à ideia de estender o multiculturalismo sem evidências tangíveis de um esforço recíproco por parte dos imigrantes. E assim, é vital para o sucesso do multiculturalismo que o Estado forneça meios visíveis para os imigrantes manifestarem seu esforço, contribuindo economicamente. Em alguns países do norte da

Europa, parece que o governo demonstra maior preocupação em facilitar o acesso dos imigrantes à previdência social do que facilitar seu acesso ao mercado de trabalho. Isso tem sido chamado de uma forma de “traição generosa”: o multiculturalismo sustentável exige a oportunidade de ter contribuições recíprocas.

Sem dúvida, existem muitos outros fatores que moldam o potencial da cidadania multicultural, incluindo o conhecido preconceito racial. Para muitas pessoas, esse último é o fator principal. Mas é claro que o preconceito é encontrado em todos os países – de fato, sua existência é parte da justificativa para adotar o multiculturalismo. E se tentamos entender por que esse preconceito e essa xenofobia latente algumas vezes fundem-se em poderosos movimentos políticos contra o multiculturalismo, a resposta está nas percepções de ameaça à segurança geopolítica, direitos humanos, controle de fronteiras e reciprocidade econômica. Quando tais percepções não existem, como acontece com relação à maioria dos grupos de imigrantes na América do Norte, então o apoio ao multiculturalismo pode continuar bem forte.

Se essa análise estiver correta, ela tem importantes implicações para o futuro do multiculturalismo no Ocidente. Por um lado, apesar de toda a retórica sobre o retrocesso do multiculturalismo, ela sugere que o multiculturalismo, em geral, tem um brilhante futuro. Existem forças poderosas funcionando nas sociedades ocidentais modernas, levando ao reconhecimento público e à acomodação da diversidade étnico-cultural. Os valores públicos e as normas constitucionais de tolerância, igualdade e liberdade individual – suportado pela revolução dos direitos humanos – levam na direção do multiculturalismo, especialmente quando visto como o cenário de uma história de hierarquias étnicas e raciais. Esses fatores explicam a tendência atual rumo ao reconhecimento dos direitos dos grupos nacionais subestatais e dos povos indígenas. Ideias mais antigas de cidadania não diferenciada e esferas públicas neutras caíram frente a essas tendências, e ninguém hoje se propõe seriamente que os direitos das minorias e a cidadania diferenciada para minorias históricas sejam abandonados ou revertidos. Que os direitos das minorias, a democracia liberal e os direitos humanos podem coexistir de forma confortável é um ponto fixo tanto nas constituições nacionais quanto nas leis internacionais. Não há uma alternativa aceitável ao multiculturalismo nesses contextos.

A situação com relação aos grupos de imigrantes é mais complexa.

Os mesmos fatores que empurram o multiculturalismo em relação às minorias históricas também geraram uma disposição a contemplar o multiculturalismo para grupos de imigrantes, e de fato tais políticas parecem ter funcionado bem sob condições de “baixo risco”. No entanto, as MCPs para imigrantes encontraram dificuldades quando a situação é considerada de alto risco. Quando os imigrantes são predominantemente vistos como não autorizados, como possíveis portadores de práticas ou movimentos não liberais, e/ou como uma carga para a previdência social, então o multiculturalismo representa risco percebido para o autointeresse prudente e os princípios morais, e essa percepção pode sobrepor as forças que apoiam o multiculturalismo.

Por outro lado, é possível argumentar que esses mesmos fatores tornam a rejeição ao multiculturalismo para imigrantes um movimento de alto risco. É precisamente quando os imigrantes são vistos como ilegítimos, não liberais e um peso que o multiculturalismo pode ser mais necessário. Sem políticas proativas para promover a compreensão e o respeito mútuos e fazer os imigrantes se sentirem confortáveis nas instituições em geral, esses fatores podem rapidamente criar uma subclasse racializada, em permanente oposição à sociedade em geral. De fato, a longo prazo, a única resposta viável à presença de grandes números de imigrantes é uma forma de multiculturalismo liberal, independentemente de como esses imigrantes chegaram ou de onde. Mas precisamos aceitar que o caminho para o multiculturalismo para os imigrantes em muitos países não será tranquilo ou linear. Além disso, precisamos focar melhor em como gerenciar os riscos envolvidos. No passado, os defensores do multiculturalismo para imigrantes haviam focado tipicamente nos benefícios percebidos da diversidade cultural e na compreensão intercultural, e na condenação do racismo e da xenofobia. Esses argumentos são fortes, mas precisam ser complementados com um reconhecimento maior dos riscos prudentes e morais envolvidos e com um relato de como esses riscos serão gerenciados. Uma exploração mais completa de como as políticas de integração cívica podem trabalhar junto com o multiculturalismo pode ser um passo crucial nesse processo.

Apêndices

Apêndice 1. Escores de políticas do multiculturalismo imigrante, 1980-2010

	Escore Total (de um máximo de 8)		
	1980	2000	2010
Canadá	5	7.5	7.5
Austrália	4	8	8
Áustria	0	1	1.5
Bélgica	1	3	5.5
Dinamarca	0	0.5	0
Finlândia	0	1.5	6
França	1	2	2
Alemanha	0	2	2.5
Grécia	0.5	0.5	2.5
Irlanda	1	1.5	3
Itália	0	1.5	1
Japão	0	0	0
Holanda	2.5	5.5	2
Nova Zelândia	2.5	5	5.5
Noruega	0	0	3.5
Portugal	1	2	3.5
Espanha	0	1	3.5
Suécia	3	5	7
Suíça	0	1	1
Reino Unido	2.5	5.5	5.5
Estados Unidos	3	3	3
Média Europeia	0.7	2.1	3.1
Média Geral	1.29	2.71	3.52

Fonte: Índice de Políticas do Multiculturalismo (<www.queensu.ca/mcp>).

Observação: os países podiam receber um escore total de 8, um para cada uma das oito seguintes políticas: a) a afirmação constitucional, legislativa ou parlamentar do multiculturalismo no nível central e/ou regional e municipal e a existência de um ministério do governo, secretaria ou diretoria para implementar essa política em conformidade com as comunidades étnicas; b) a adoção do multiculturalismo no currículo escolar; c) a inclusão da representação/sensibilidade étnica na mídia pública ou no licenciamento de mídias; d) a isenção do código de vestimenta; e) a permissão de

dupla cidadania; f) o financiamento de organizações ou atividades; g) o financiamento de educação bilíngue ou instrução na língua materna; h) a ação afirmativa para grupos de imigrantes em desvantagens.

Apêndice 2. Escores do Índice de Integração Cívica (CIVIX), 1997-2009

	1997	2009	Mudança
Suécia	0.0	0.0	0.0
Bélgica	0.5	0.5	0.0
Irlanda	0.5	0.5	0.0
Itália	0.5	0.5	0.0
Finlândia	0.5	1.0	0.5
Grécia	1.0	1.0	0.0
Luxemburgo	0.5	1.0	0.5
Portugal	0.5	1.0	0.5
Espanha	1.0	1.0	0.0
França	0.5	3.5	3.0
Áustria	0.5	4.5	4.0
Holanda	0.5	4.5	4.0
Reino Unido	0.5	4.5	4.0
Dinamarca	0.5	5.0	4.5
Alemanha	1.5	6.0	4.5

Fonte: GOODMAN, S. Integration Requirements for Integration's Sake? Identifying, Categorizing and Comparing Civic Integration Policies. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 36, n. 5, p. 753,72, 2010.

Referências

ADAMO, S. Northern exposure: the new Danish model of citizenship test. *International journal on multicultural societies*, v. 10, n. 1, p. 10-28, 2008.

ADAMS, M. *Unlikely utopia: the surprising triumph of Canadian pluralism*. Toronto: Viking, 2007.

ALIBHAI-BROWN, Y. *After multiculturalism*. London: Foreign Policy Centre, 2000.

_____. Beyond multiculturalism. *Canadian diversity/Diversité Canadienne*, v. 3, n. 2, p. 51-54, 2004.

ANG, I.; JOHN, S. Multiculturalism in crisis: the new politics of race and national identity in Australia. In: ANG, I. (Gov.). *On not speaking Chinese: living between Asia and the west*. London: Routledge, 2001.

BACK, L. et al. New labour's white heart: politics, multiculturalism and the return of assimilation. *Political quarterly*, v. 73, n. 4, p. 445-454, 2002.

BANTING, K.; KYMLICKA, W. (Org.). *Multiculturalism and the welfare state: recognition and redistribution in contemporary democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

BERRY, J. W. et al. *Immigrant youth in cultural transition*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2006.

BERRY, J. W.; KALIN, R.; TAYLOR, D. M. *Multiculturalism and ethnic attitudes in Canada*. Ottawa: Supply and Services Canada, 1977.

BIRD, K. Running visible minority candidates in Canada: the effects of voter and candidate ethnicity and gender on voter choice. In: CONFERENCE ON DIVERSITY AND DEMOCRATIC POLITICS: CANADA IN COMPARATIVE PERSPECTIVE, Queen's University, Kingston, ON, Canada, 7-8 maio, 2009.

BISSOONDATH, N. *Selling illusions: the cult of multiculturalism in Canada*. Toronto: Penguin. 1994.

BLACK, J.; ERICKSON, L. Ethno-racial origins of Candidates and electoral performance. *Party politics*, v. 12, n. 4, p. 541-561, 2006.

BLOEMRAAD, I. *Becoming a citizen: incorporating immigrants and refugees in the United States and Canada*. Berkeley: University of California Press, 2006.

_____. *The debate over multiculturalism: philosophy, politics, and policy*, migration information source, set. 2011. Disponível em: <www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=854>.

BOREVI, K. Dimensions of citizenship: European integration policies from a Scandinavian perspective. In: BENGTSSON, B.; STRÖMBLAD, P.; BAY, A.-H. (Org.). *Diversity, inclusion and citizenship in Scandinavia*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

BRUBAKER, R. The return of assimilation. *Ethnic and racial studies*, v. 24, n. 4, p. 531-548, 2001.

CREPAZ, M. “If You Are My Brother, I May Give You a Dime!”: public opinion on multiculturalism, trust and the welfare state. In: BANTING, K.; KYMLICKA, W. (Org.) *Multiculturalism and the welfare state: recognition and redistribution in contemporary democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CUPERUS, R.; DUFFEK, K.; KANDEL, J. *The challenge of diversity: European social democracy facing migration, integration and multiculturalism*. Innsbruck: Studien Verlag, 2003.

DUYVENDAK, W. G. J.; SCHOLTEN, P. W. A. The invention of the Dutch multicultural model and its effects on integration discourses in the Netherlands. *Perspectives on Europe*, v. 40, n. 2, p. 39-45, 2011.

ELIADIS, P. Diversity and equality: the vital connection. In: BANTING, K. G.; COURCHENE, T. J.; SEIDLE, L. *Belonging? Diversity, recognition and shared citizenship in Canada*. Montreal: Institute for Research in Public Policy, 2007.

ENTZINGER, H. The Rise and fall of multiculturalism in the Netherlands. In: JOPPKE, C.; MORAWSKA, E. (Org.). *Assimilation and citizenship: immigrants in liberal nation-states*. London: Palgrave. 2003.

ERSANILLI, E.; KOOPMANS, R. Do immigrant integration policies matter? A three-country comparison among Turkish Immigrants. *West European politics*, v. 34, n. 2, p. 208-234, 2011.

ESSES, V. et al. Perceptions of national identity and attitudes toward immigrants and immigration in Canada and Germany. *International*

journal of intercultural relations, v. 30, n. 6, p. 653-669, 2006.

FOCUS CANADA. *Canadian identity: bilingualism, multiculturalism and the charter of rights*. Toronto: Environics, 2002.

_____. *Canadians' attitudes toward Muslims*. Toronto: Environics, 2006.

GOODHART, D. Has multiculturalism had its day? *Literary review of Canada*, v. 16, n. 3, p. 3-4, 2008.

GOODMAN, S. Integration requirements for integration's Sake? Identifying, categorizing and comparing civic integration policies. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 36, n. 5, p. 753-772, 2010.

HANSEN, R. Diversity, integration and the turn from multiculturalism in the United Kingdom. In: BANTING, K. G.; COURCHENE, T. J.; SEIDLE, F. L. *Belonging? Diversity, recognition and shared citizenship in Canada*. Montreal: Institute for Research in Public Policy, 2007

HARELL, A. Minority-majority relations in Canada: the rights regime and the adoption of multicultural values. In: CANADIAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL MEETING, Ottawa, ON, Canada, 27- 29 maio 2009.

HEATH, A. Crossnational patterns and processes of ethnic disadvantage. In: HEATH, A.; CHEUNG, S. Y. (Org.). *Unequal chances: ethnic minorities in Western labour markets*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HEWITT, R. *White backlash and the politics of multiculturalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HOLLINGER, D. A. *Post-ethnic America: beyond multiculturalism*. ed. rev. New York: Basic Books, 2006.

HOWE, P. The political engagement of new Canadians: a comparative perspective. In: BANTING, K. G.; COURCHENE, T. J.; SEIDLE, F.

L. *Belonging? Diversity, recognition and shared citizenship in Canada*. Montreal: Institute for Research on Public Policy, 2007.

HUNTINGTON, S. P. The Hispanic challenge. *Foreign policy*, 1º mar. 2004. Disponível em: <www.foreignpolicy.com/articles/2004/03/01/the_hispanic_challenge>.

JOHNSTON, R. et al. National identity and support for the welfare state. *Canadian journal of political science*, v. 43, n. 2, p. 349-377, 2010.

JOPPKE, C. The retreat of multiculturalism in the liberal state: theory and policy. *British journal of sociology*, v. 55, n. 2, p. 237-257, 2004.

_____. Beyond national models: civic integration policies for immigrants in Western Europe. *Western European politics*, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2007.

JUPP, J. The new multicultural agenda. *Crossings*, v. 1, n. 1, p. 38-41, 1996.

_____. *From white Australia to Woomera: the story of Australian immigration*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KAZEMIPUR, A. *Social capital and diversity: some lessons from Canada*. Bern: Peter Lang, 2009.

KESLER, C.; BLOEMRAAD, I. Does immigration erode social capital? The conditional effects of immigration-generated diversity on trust, membership, and participation across 19 countries, 1981- 2000. *Canadian journal of political science*, v. 43, n. 2, p. 319-347, 2010.

KING, D. *The liberty of strangers: making the American nation*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

KONING, E. A. Ethnic and civic dealings with new comers: naturalization policies and practices in 26 immigration countries. *Ethnic and racial studies*, v. 34, n. 11, p. 1974-1994, 2011.

KOOPMANS, R. Trade-offs between equality and difference: the crisis of Dutch multiculturalism. In: CROSS-NATIONAL PERSPECTIVE. DANISH INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS, BRIEF, Copenhagen, dez. 2006.

_____. Trade-offs between equality and difference: immigrant integration, multiculturalism and the welfare state in cross-national perspective. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 36, n. 1, p.1-26, 2010.

KOOPMANS, R.; MICHALOWSKI, I.; WAIBAL, S. Citizenship rights for immigrants: national opportunity structures and cross-national convergence in Western Europe, 1980-2008. In: 18TH ANNUAL INTERNATIONAL CONFERENCE OF EUROPEAN STUDIES, Barcelona, 20- 22 jun. 2011.

KYMLICKA, W. Marketing Canadian pluralism in the international arena. *International journal*, v. 59, n. 4, p. 829-852, 2004.

_____. *Multicultural odysseys: navigating the new international politics of diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

_____. *Politics in the vernacular*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LACZKO, L. National and continental attachments and attitudes towards immigrants: North America and Europe Compared. In: ANNUAL MEETING OF THE CANADIAN SOCIOLOGY ASSOCIATION, Saskatoon, 3-5 jun. 2007.

MARC, A. *Delivering services in multicultural societies*. Washington, DC: World Bank, 2009.

MCGHEE, D. *The end of multiculturalism? Terrorism, integration and human rights*. Milton Keynes: Open University Press, 2008.

MOURITSEN, P. On the liberal plateau: civic integration policies in north Western Europe. In: CONFERENCE ON MULTICULTURALISM AND NORDIC WELFARE STATES, Aalborg

University, Denmark, 21-23 mar. 2011.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Where immigrant students succeed: a comparative review of performance and engagement in PISA 2003*. Paris: OECD, Program for International Student Assessment, 2006. Disponível em: <www.oecd.org/dataoecd/2/38/36664934.pdf>.

PUTNAM, R. E pluribus unum: diversity and community in the twenty-first century. *Scandinavian political studies*, v. 30, n. 2, p. 137-174, 2007.

REITZ, J. Assessing multiculturalism as a behavioural theory. In: BRETON, R.; DION, K.; DION, K. (Org.). *Multiculturalism and social cohesion: potentials and challenges of diversity*. New York: Springer, 2009.

SCHÖNWÄLDER, K. Germany: integration policy and pluralism in a self-conscious country of immigration. In: VERTOVEC, S.; WESSENDORF, S. *The multiculturalism backlash: European discourses, policies and practices*. London: Routledge, 2010.

SIDES, J.; CITRIN, J. European opinion about immigration: the role of identities, interests and information. *British journal of political science*, v. 37, p. 477-505, 2007.

SMITH, A. *The ethnic revival in the modern world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

SNIDERMAN, P.; HAGENDOORN, L. *When ways of life collide: multiculturalism and its discontents in the Netherlands*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

TULLY, J. The challenge of reimagining citizenship and belonging in multicultural and multinational societies. In: MCKINNON, C.; HAMPSHER-MONK, I. *The demands of citizenship*. London: Continuum, 2000.

UBEROI, V. Do policies of multiculturalism change national identities? *Political quarterly*, v. 79, n. 3, p. 404-417, 2008.

VERTOVEC, S. Towards post-multiculturalism? Changing communities, conditions and contexts of diversity. *International social science journal*, v. 61, p. 83-95, 2010.

VERTOVEC, S.; WESSENDORF, S. (Org.). *The multiculturalism backlash: European discourses, policies and practices*. London: Routledge, 2010.

WELDON, S. The institutional context of tolerance for ethnic minorities: a comparative multilevel analysis of Western Europe. *American journal of political science*, v. 50, n. 2, p. 331-349, 2006.

WONG, L.; GARCEA, J.; KIROVA, A. *An analysis of the “anti- and post-multiculturalism” discourses: the fragmentation position*. Prairie Centre for Excellence in Research on Immigration and Integration, Edmonton, 2005. Disponível em: <http://pmc.metropolis.net/Virtual%20Library/FinalReports/Post-multi%20FINAL%20REPORT%20for%20PCERII%20_2_.pdf>.

Notas

1. Tradução da obra: KYMLICKA, W. *Multiculturalism: success, failure and the future*. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2012.
2. Sobre o autor: nascido e criado no Canadá, Will Kymlicka teve sua formação nas Universidades Queen's e Oxford; atuou em diversas universidades canadenses, norte-americanas e europeias antes de se fixar na Queen's, em Kingston, onde leciona desde 1998, e é responsável pela Cátedra de Pesquisa do Programa Canadense de Filosofia Política no Departamento de Filosofia da Universidade. O autor pesquisa temas relacionados à democracia e à diversidade, especialmente no que se refere a modelos de cidadania e justiça social nas sociedades multiculturais. Com vasta produção intelectual, publicada em 32 línguas, recebeu diversos prêmios, sendo o mais recente o *Premier's Discovery Award*, em 2009, na área de Ciências Sociais. É codiretor do projeto de Índice de Políticas do Multiculturalismo, que acompanha a evolução do multiculturalismo no mundo ocidental. *Department of Philosophy, Queen's University*, Kingston, Ontario, Canada. E-mail: kymlicka@post.queensu.ca.
3. Professora de Literatura da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: mtamodeo@pucrs.br.
4. Para afirmações acadêmicas que influenciaram essa narrativa de “ascensão e queda”, afirmando que ela se aplica para todas as democracias ocidentais, veja BRUBAKER, R. The return of assimilation?. *Ethnic and Racial Studies*, v. 24, n. 4, p. 531-48, 2001.

JOPPKE, C. The retreat of multiculturalism in the liberal state: theory and policy. *British Journal of Sociology*, v. 55, n. 2, p. 237-57, 2004.

Existem também muitos relatos do “declínio”, “retrocesso” ou “crise” do multiculturalismo em países específicos. Para Holanda, veja ENTZINGER, H. The rise and fall of multiculturalism in the Netherlands. In: JOPPKE, C; MORAWSKA, E. (Org.). *Toward assimilation and citizenship: immigrants in liberal Nation-States*. Londres: Palgrave, 2003. KOOPMANS, R. Trade-offs between equality and difference: the crisis of dutch multiculturalism in cross-national perspective. In: CROSS-NATIONAL PERSPECTIVE. DANISH INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS, BRIEF, Copenhagen, dez. 2006. Para a Grã-Bretanha, veja HANSEN, R. Diversity, integration and the turn from multiculturalism in the United Kingdom. In: BANTING, K. G.; COURCHENE, T. J.; SEIDLE, F. L. *Belonging? Diversity, recognition and shared citizenship in Canada*. Montreal: Institute for Research on Public Policy, 2007. BACK, L. et al. New labour’s white heart: politics, multiculturalism and the return of assimilation. *Political Quarterly*, v. 73, n. 4, p. 445-54, 2002. VERTOVEC, S.; WESSENDORF, S. (Org.). *The multiculturalism backlash: European discourses, policies and practices*. London: Routledge, 2010. Para Austrália, veja ANG, I.; STRATTON, J. Multiculturalism in crisis: the new politics of race and national identity in Australia. In: ANG, I. (Org.). *On not speaking Chinese: living between Asia and the West*. London: Routledge, 2001. Para o Canadá, veja WONG, L.; GARCEA, J.; KIROVA, A. *An analysis of the “Anti- and Post-Multiculturalism” discourses: the fragmentation position*. Alberta: Prairie Centre for Excellence in Research on Immigration and Integration, 2005. Disponível em: <http://pmc.metropolis.net/Virtual%20Library/FinalReports/Post-multi%20FINAL%20REPORT%20for%20PCERII%20_2_.pdf>. Para um bom panorama sobre o discurso do retrocesso em diversos países, veja VERTOVEC, S.; WESSENDORF, S. (Org.). *The multiculturalism backlash: European discourses, policies and practices*. London: Routledge, 2010.

5. Para um panorama das atitudes dos partidos sociais democratas europeus com relação a essas questões, veja CUPERUS, R.; DUFFEK, K.; KANDEL, J. *The challenge of diversity: European social democracy facing migration, integration and multiculturalism*. Innsbruck: Studien Verlag, 2003.

6. Para referências ao “pós-multiculturalismo” por intelectuais progressivos, que o distinguem do “antimulticulturalismo” radical de direita, veja, com relação ao Reino Unido, ALIBHAI-BROWN, Y. *After multiculturalism*. London: Foreign Policy Centre, 2000. BEYOND MULTICULTURALISM. Canadian diversity/Diversité Canadienne, v. 3, n. 2, p. 51-54, 2004. Com relação à Austrália, JUPP, J. The new multicultural agenda. *Crossings*, v. 1, n. 1, p. 38-41, 1996. E com relação aos Estados Unidos: KING, D. *The liberty of strangers: making the American nation*. Oxford: Oxford University Press, 2004. HOLLINGER, D. A. *Post-ethnic America: beyond multiculturalism*. ed. rev. New York: Basic Books, 2006.

7. Cf. ALIBHAI-BROWN, 2000.

8. BISSOONDATH, N. *Selling illusions: the cult of multiculturalism in Canada*. Toronto: Penguin. 1994.

9. Incluindo relações de conquistador e conquistado, colonizador e colonizado, mestre e escravo, invasor e indígena, racializado e não marcado, normalizado e anormal, ortodoxo e herético, civilizado e primitivo, aliado e inimigo.

10. Houve brevemente em alguns países europeus uma forma de “multiculturalismo” que não objetivava a inclusão de imigrantes permanentes, mas garantir que os migrantes temporários retornassem para seus países de origem. Por exemplo, a educação na língua materna na Alemanha não foi inicialmente introduzida como “[...] um direito das minorias, mas para possibilitar que os filhos dos trabalhadores visitantes se reintegrassem em seus países de origem” (SCHÖNWÄLDER, K. Germany: integration policy and pluralism in a self-conscious country of immigration. In: VERTOVEC, S.; WESSENDORF, S. (Org.). *The multiculturalism backlash: European discourses, policies and practices*. London: Routledge, 2010.). É desnecessário dizer que esse tipo de multiculturalismo “retornista” – cuja premissa é a ideia de que os migrantes são estrangeiros que devem voltar à sua terra natal – não tem qualquer relação com as políticas do multiculturalismo (MCPs), cuja premissa é a ideia de que os imigrantes pertencem aos países que os receberam e que objetiva fazer com que eles se sintam em casa onde estão. O foco deste trabalho é no último tipo de multiculturalismo, que se preocupa fundamentalmente com a construção de novas relações de cidadania.

11. Em relação aos povos indígenas, por exemplo – como os *maori*, na Nova Zelândia, povos aborígenes no Canadá e na Austrália, os índios norte-americanos, os *sami*, na Escandinávia e os *inuits*, da Groelândia –, novos modelos de cidadania multicultural surgiram, desde o final da década de 1960, que incluem políticas como direito a terras, direito a governo próprio, reconhecimento de leis de costumes e garantias de consultas políticas. E em relação aos grupos nacionais subestatais – como os bascos e os catalães na Espanha, os flamengos e valões na Bélgica, escoceses e galeses na Bretanha, quebequenses no Canadá, os alemães no Tirol do Sul, suecos na Finlândia – vemos novos modelos de cidadania multicultural que incluem políticas como autonomia territorial federal ou quase federal; *status* de língua oficial, seja na região ou nacionalmente e garantias de representação no governo central ou em cortes constitucionais.

12. SMITH, A. *The ethnic revival in the modern world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

13. Keith Banting e eu desenvolvemos esse índice, publicado em BANTING, K.; KYMLICKA, W. (Org.) *Multiculturalism and the welfare state: recognition and redistribution in contemporary democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Muitas das ideias discutidas neste trabalho são o resultado de nossa colaboração. .

14. Como ocorre com todos os índices transnacionais, há uma troca entre estandardização e sensibilidade para nuances locais. Não há uma definição universalmente aceita para políticas do multiculturalismo, nem uma linha rígida ou fixa que distinguiria nitidamente as MCPs das áreas de políticas estritamente relacionadas, como políticas antidiscriminação, de cidadania e de integração. Diferentes países (ou de fato diferentes atores em um único país) provavelmente façam essa delimitação em diferentes lugares, e qualquer lista será possivelmente polêmica.

15. Para uma descrição mais detalhada dessas políticas e a justificativa para sua inclusão no Índice de Políticas do Multiculturalismo, veja o *website* do índice: <www.queensu.ca/mcp>. O *site* também inclui nosso índice separado de MCPs para povos indígenas e para minorias nacionais.

16. Para uma defesa mais detalhada desse modelo, veja os capítulos 3-5 de KYMLICKA, W. *Multicultural odysseys: navigating the new international politics of diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

17. “Nada se alterou mais ao longo de trinta anos de identidade política que as identidades de homens e mulheres, imigrantes e veteranos, índios e não índios, muçulmanos e cristãos, árabes e ocidentais, europeus e não europeus, minorias e maiorias culturais, heterossexuais e homossexuais” (TULLY, J. The challenge of reimagining citizenship and belonging in multicultural and multinational societies. In: MCKINNON, C.; HAMPSHER-MONK, I. *The demands of citizenship*. London: Continuum, 2000.).
18. Para a discussão do “retrocesso branco” contra o multiculturalismo na Grã-Bretanha e no Canadá, veja HEWITT, R. *White backlash and the politics of multiculturalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. HANSEN, R. Diversity, integration and the turn from multiculturalism in the United Kingdom. In: BANTING, K. G.; COURCHENE, T. J.; SEIDLE, F. L. *Belonging? Diversity, recognition and shared citizenship in Canada*. Montreal: Institute for Research on Public Policy, 2007.
19. Existem grupos que querem contestar seu *status* de subordinados frente ao grupo dominante enquanto afirmam sua superioridade sobre os demais grupos. Alguns grupos do leste asiático no Canadá, por exemplo, protestam vocalmente contra qualquer racismo que sofrem. Contudo, eles demonstram níveis mais elevados de racismo do que o canadense branco com relação aos aborígenes canadenses. Alguns imigrantes indianos de castas superiores da Índia repreendem o fato de os brancos não os terem aceitado totalmente, porém, tentam evitar contato com os imigrantes de castas inferiores de seu próprio país. Alguns homens do norte da África são contra a discriminação no mercado de trabalho, mas se recusam a contratar mulheres ou trabalhar para mulheres. A lista pode crescer indefinidamente.
20. Esta é, de fato, a conclusão de diversas revisões, que insistem que os efeitos das MCPs permanecem em grande parte desconhecidos. Veja MARC, A. *Delivering services in multicultural societies*. Washington, DC: World Bank, 2009. .
21. Como Jeffrey Reitz propõe, embora as discussões acadêmicas sobre o multiculturalismo tenham sido extensivas, “não há uma avaliação real. A base de informações para tal avaliação simplesmente não está lá”. Veja REITZ, J. Assessing multiculturalism as a behavioural theory. In: BRETON, R.; DION, K.; DION, K. (Org.). *Multiculturalism and social cohesion: potentials and challenges of diversity*. New York: Springer, 2009.
22. BLOEMRAAD, I. *Becoming a citizen: incorporating immigrants and refugees in the United States and Canada*. Berkeley: University of California Press, 2006.
23. Ibid.
24. HOWE, P. The political engagement of new Canadians: a comparative perspective. In: BANTING, K. G.; COURCHENE, T. J.; SEIDLE, F. Leslie. *Belonging? Diversity, recognition and shared citizenship in Canada*. Montreal: Institute for Research on Public Policy, 2007.
25. ADAMS, M. *Unlikely utopia: the surprising triumph of Canadian pluralism*. Toronto: Viking, 2007.
26. BLACK, J.; ERICKSON, L. Ethno-racial origins of candidates and electoral performance. *Party politics*, v. 12, n. 4, p. 541–561, 2006. BIRD, K. Running visible minority candidates in Canada: the effects of voter and candidate ethnicity and gender on voter choice. In: CONFERENCE ON DIVERSITY AND DEMOCRATIC POLITICS: CANADA IN COMPARATIVE PERSPECTIVE, Queen’s University, Kingston, ON, Canada, 7-8 maio, 2009. .

27. ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. *Where immigrant students succeed: a comparative review of performance and engagement in PISA 2003*, Paris: OECD, Program for International Student Assessment, 2006. Disponível em: <www.oecd.org/dataoecd/2/38/36664934.pdf>.
28. HEATH, A. Crossnational patterns and processes of ethnic disadvantage. In: HEATH, A.; CHEUNG, S. Y. (Ed). *Unequal chances: ethnic minorities in Western labour markets*. Oxford: Oxford University Press, 2007. .
29. FOCUS CANADA. *Canadian identity: bilingualism, multiculturalism and the charter of rights*. Toronto: Environics, 2002. .
30. FOCUS CANADA. *Canadians' attitudes toward Muslims*. Toronto: Environics, 2006.
31. KAZEMIPUR, A. *Social capital and diversity: some lessons from Canada*. Bern: Peter Lang, 2009. HARELL, A. Minority-majority relations in Canada: the rights regime and the adoption of multicultural values. In: CANADIAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL MEETING, Ottawa, ON, Canada, 27-29 maio 2009.
32. Veja, por exemplo, GOODMAN, S. Integration requirements for integration's Sake? Identifying, categorizing and comparing civic integration policies. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 36, n. 5, p. 753-772, 2010. .
33. SIDES, J.; CITRIN, J. European opinion about immigration: the role of identities, interests and information. *British journal of political science*, v. 37, p. 477-505, 2007. .
34. Para uma discussão mais aprofundada da forma como o multiculturalismo facilita em vez de impedir a identificação mútua no Canadá, veja UBEROI, V. Do policies of multiculturalism change national identities? *Political quarterly*, v. 79, n. 3, p. 404-417, 2008. ESSES, V. et al. Perceptions of national identity and attitudes toward immigrants and immigration in Canada and Germany. *International journal of intercultural relations*, v. 30, n. 6, p. 653-669, 2006. .
35. JOHNSTON, R. et al. National identity and support for the welfare state. *Canadian journal of political science*, v. 43, n. 2, p. 349-377, 2010. LACZKO, L. National and continental attachments and attitudes towards immigrants: North America and Europe Compared. In: ANNUAL MEETING OF THE CANADIAN SOCIOLOGY ASSOCIATION, Saskatoon, 3-5 jun. 2007. .
36. PUTNAM, R. E pluribus unum: diversity and community in the twenty-first century. *Scandinavian political studies*, v. 30, n. 2, p. 137-174, 2007.
37. Cf. KAZEMIPUR, 2009.
38. Cf. HARELL, 2009.
39. BERRY, J. W. et al. *Immigrant youth in cultural transition*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2006.
40. BERRY, J. W.; KALIN, R.; TAYLOR, D. M. *Multiculturalism and ethnic attitudes in Canada*. Ottawa: Supply and Services Canada, 1977.
41. *The International Comparative Study of Ethnocultural Youth*, estudando mais de cinco mil jovens em 13 países, confirmou que países com MCPs incentivam o desenvolvimento dessa orientação para integração, com melhores resultados. Veja BERRY, J. W. et al. *Immigrant youth in cultural transition*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2006.
42. Cf. OCDE, 2006.
43. KESLER, C.; BLOEMRAAD, I. Does immigration erode social capital? The conditional effects of immigration-generated diversity on trust, membership, and

participation across 19 countries, 1981- 2000. *Canadian journal of political science*, v. 43, n. 2, p. 319-347, 2010.

44. WELDON, S. The institutional context of tolerance for ethnic minorities: a comparative multilevel analysis of Western Europe. *American journal of political science*, v. 50, n. 2, p. 331-349, 2006.

45. Cf. BERRY et al., 2006.

46. BANTING, K.; KYMLICKA, W. (Org.). *Multiculturalism and the welfare state: recognition and redistribution in contemporary democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2006. CREPAZ, M. “If you are my brother, I may give you a dime!”: public opinion on multiculturalism, trust and the welfare state. In: BANTING, K.; KYMLICKA, W. (Org.). *Multiculturalism and the welfare state: recognition and redistribution in contemporary democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

47. KOOPMANS, R. Trade-offs between equality and difference: the crisis of Dutch multiculturalism. In: CROSS-NATIONAL PERSPECTIVE. DANISH INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS, BRIEF, Copenhagen, dez. 2006. ERSANILLI, E.; KOOPMANS, R. Do immigrant integration policies matter? A three-country comparison among Turkish Immigrants. *West European politics*, v. 34, n. 2, p. 208-234, 2011. Um outro trabalho que culpa as MCPs pelo resultado fraco da integração na Holanda é SNIDERMAN, P.; HAGENDOORN, L. *When ways of life collide: multiculturalism and its discontents in the Netherlands*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

48. No caso holandês, os imigrantes tiveram no passado um acesso relativamente aberto a uma previdência social generosa, ainda que enfrentando um mercado de trabalho fechado. Em qualquer país, essa combinação provavelmente vai criar uma percepção entre alguns cidadãos nascidos no país de que os imigrantes são um peso, não são merecedores e são preguiçosos, e que tiram mais da sociedade do que dão para ela. O multiculturalismo não é a causa desse problema. Ele provavelmente é decorrência das estruturas da previdência social e do mercado de trabalho, mas Koopmans argumenta que, sob tais circunstâncias, as MCPs podem exacerbar o problema, reforçando uma mentalidade “nós” versus “eles” e desencorajando os tipos de medidas que são necessárias para uma integração mais eficaz. Bloemraad expressa dúvida de que as MCPs sejam realmente um fator exacerbante nessa história causal. Veja BLOEMRAAD, I. *The debate over multiculturalism: philosophy, politics, and policy*, migration information source, 2011. Disponível em: <www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=854>. Para dúvidas relacionadas à análise de Koopmans, veja DUYVENDAK, W. G. J.; SCHOLTEN, P. W. A. The invention of the Dutch multicultural model and its effects on integration discourses in the Netherlands. *Perspectives on Europe*, v. 40, n. 2, p. 39-45, 2011.

49. É importante observar que também existem evidências crescentes para o impacto positivo das MCPs para povos indígenas e grupos nacionais subestatais. Veja KYMLICKA, *Multicultural odysseys: navigating the new international politics of diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

50. O índice de Indicadores de Direitos de Cidadania para Imigrantes (IDCI) de Koopmans inclui tanto uma dimensão de igualdade/não discriminação individual quanto uma dimensão multicultural, com 23 diferentes indicadores para a dimensão multicultural. Desenvolvido independentemente, a consistência entre os resultados do IDCI e das MCPs ajuda a confirmar as tendências que ambos observamos. KOOPMANS,

R.; MICHALOWSKI, I.; WAIBAL, S. Citizenship rights for immigrants: national opportunity structures and cross-national convergence in Western Europe, 1980-2008. In: 18TH ANNUAL INTERNATIONAL CONFERENCE OF EUROPEAN STUDIES, Barcelona, 20-22 jun. 2011.

51. MCGHEE, D. *The end of multiculturalism? Terrorism, integration and human rights*. Milton Keynes: Open University Press, 2008. p. 85.

52. CVERTOVEC; WESSENDORF, op.cit., p. 18-21.

53. É importante observar que não houve retrocesso do comprometimento com a cidadania multicultural para os povos indígenas ou para as minorias nacionais. Ao contrário, a tendência de aumento dos direitos à terra, poderes de autogestão e leis gerais para povos indígenas permanece válida para as democracias ocidentais e foi reafirmada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da adoção da *Declaração de Direitos dos Povos Indígenas*, em 2007. De forma semelhante, a tendência de aumento dos direitos linguísticos e de autonomia regional para grupos nacionais subestatais permanece válido nas democracias ocidentais. Essas duas tendências estão cada vez mais enraizadas na lei e na opinião pública, apoiadas por crescentes evidências de que elas contribuíram para construir relações de liberdade e igualdade democrática. Poucas pessoas hoje negariam que a autonomia regional para a Catalunha contribuiu para a consolidação democrática da Espanha, ou que os direitos indígenas estejam ajudando a aprofundar a cidadania democrática na América Latina.

54. SCHÖNWÄLDER, op.cit., p. 162.

55. JOPPKE, op.cit., p. 244.

56. Adaptado de JOPPKE, C. The retreat of multiculturalism in the liberal state: theory and policy. *British journal of sociology*, v. 55, n. 2, p. 237-257, 2004.

57. As despesas federais com esses programas cresceram dramaticamente com o tempo, triplicando na última década para um estimado \$ 1 bilhão, em 2010-2011.

58. A exigência de conhecimento de inglês ou francês para a naturalização vem do Ato de Naturalização de 1914.

59. ELIADIS, P. Diversity and equality: the vital connection. In: BANTING, K. G.; COURCHENE, T. J.; SEIDLE, L. *Belonging? Diversity, recognition and shared citizenship in Canada*. Montreal: Institute for Research in Public Policy, 2007. .

60. JUPP, op.cit., p. 40.

61. Níveis intermediários de compulsão também estão surgindo. Na Suécia, por exemplo, imigrantes recebendo benefícios sociais podem ter seus benefícios reduzidos ou eliminados se não participarem de programas de integração, mas a participação não está ligada à residência ou à obtenção de cidadania.

62. BOREVI, K. Dimensions of citizenship: European integration policies from a Scandinavian perspective. In: BENGTSSON, B.; STRÖMBLAD, P.; BAY, A.-H. (Org.). *Diversity, inclusion and citizenship in Scandinavia*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2010, 19-46.

63. Veja ADAMO, S. Northern exposure: the new Danish model of citizenship test. *International journal on multicultural societies*, v. 10, n. 1, p. 10-28, 2008. Para uma tentativa mais apurada de medida de exclusão étnica das políticas de naturalização, veja KONING, E. A. Ethnic and civic dealings with new comers: naturalization policies and practices in 26 immigration countries. *Ethnic and racial studies*, v. 34, n. 11, p. 1974-1994, 2011.

64. Cf. JOPPKE, 2004. .

65. Para os 16 países europeus, os desvios-padrão aumentaram de 1.03 em 1980 para 1.76 em 2000 e 2.00 em 2010.

66. O desvio-padrão na dimensão do multiculturalismo em 1980 foi 0.19; em 2008 havia aumentado para 0.30 (KOOPMANS; MICHALOWSKI; WAIBAL, *Citizenship Rights for Immigrants*, tabela 5).

67. GOODMAN, S. Integration requirements for integration's Sake? Identifying, categorizing and comparing civic integration policies. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 36, n. 5, p. 753-772, 2010. Per Mouritsen também questiona a hipótese de convergência em *On the liberal plateau: civic integration policies in north Western Europe* (trabalho apresentado na CONFERENCE ON MULTICULTURALISM AND NORDIC WELFARE STATES, Aalborg University, Denmark, 21-23 mar. 2011.).

68. Ibid.

69. Para uma defesa mais completa da ideia de que os princípios liberais democráticos suportam políticas de integração nacional robustas complementadas e limitadas por MCPs robustas, veja KYMLICKA, W. *Politics in the vernacular*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

70. KOOPMANS, op.cit., p.5.

71. JOPPKE, op.cit., p. 244.

72. Dizer que a cidadania multicultural permanece uma opção proeminente não é dizer que devemos ou precisamos defender a palavra *multiculturalismo*. Como observado anteriormente, a “palavra que começa com a letra *m*” é virtualmente tabu em alguns países e pode não valer a pena lutar a batalha semântica. O que interessa, no fim das contas, é se os princípios e políticas subjacentes do multiculturalismo como cidadanização são levados a sério e, do meu ponto de vista, esses princípios e políticas podem ser conduzidos sem usar a “palavra que começa com a letra *m*”. Em vez disso, eles poderiam adotar o título “políticas de diversidade” ou “diálogo intercultural” ou “coesão comunitária”, ou até mesmo “integração cívica”. Por outro lado, perpetuar a demonização do multiculturalismo pode simplesmente servir aos propósitos dos xenófobos. Dizer que o multiculturalismo é contra os direitos humanos, por exemplo, não é somente história e ciência social ruins, também arrisca licenciar e legitimar os pontos de vista antidiversidade. Pode não ser possível defender a cidadania multicultural sem contrapor alguns dos mitos que cercam o termo “multiculturalismo”.

73. Para uma análise mais detalhada dessas condições, veja KYMLICKA, W. Marketing Canadian pluralism in the international arena. *International journal*, v. 59, n. 4, p. 829-852, 2004. Também Cf. KYMLICKA, 2007.

74. Chipre e Israel ainda exibem esta dinâmica de ver suas minorias históricas turcas e árabes como possíveis colaboradores de inimigos externos, e, coincidentemente, não foram capazes de concordar com a autonomia da minoria.

75. Para uma discussão mais detalhada sobre esses fatores, Cf. KYMLICKA, 2004.

76. Para um exemplo desse tipo de medo, invocando os fatos sobre a contingência e a dominância numérica de imigrantes hispânicos nos Estados Unidos, veja HUNTINGTON, S. P. The Hispanic challenge. *Foreign policy*, 1 mar. 2004. Disponível em: <www.foreignpolicy.com/articles/2004/03/01/the_hispanic_challenge>.